



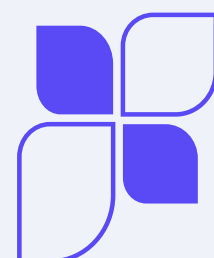
PROFuncionário

Programa de Formação Inicial em Serviço
de Profissionais da Educação Básica



Caderno Introdutório C

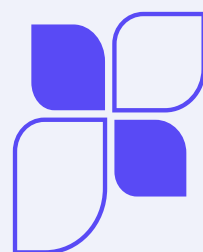
Orientações para a Prática Profissional Supervisionada





PROFuncionário

Programa de Formação Inicial em Serviço
de Profissionais da Educação Básica



Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B823o Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

Orientações para a prática profissional supervisionada [recurso eletrônico] / João Antônio Cabral de Monlevade. - ed., rev., e atual. por João Antônio Cabral de Monlevade- Brasília: Instituto Federal de Brasília, 2025.

1 arquivo texto : 96 p. ; il. color. ; 19.4 MB - (Programa de Formação Inicial em Serviço de Profissionais da Educação Básica; C)

Formato: PDF.

Modo de acesso: World Wide Web.

ISBN 978-85-85862-38-1

1.Profissionais da educação. 2.Prática profissional supervisionada. 3.Profissionalização. 4.Educação básica. I.Monlevade, João Antônio Cabral de. II.Título. III.Série.

CDU 377.8

Catálogo na fonte: Aryane Tada F. Santos CRB/1-2640.



Bem-vindo(a) ao Profuncionário,

O Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), fortalece e amplia o Profuncionário neste ano de 2025.

O objetivo é ofertar educação de qualidade para valorizar os/as trabalhadores/as da educação, buscando redimir a dívida histórica do Estado brasileiro para este segmento da educação básica pública.

Oficialmente, instituído pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Portaria nº 25, de 31 de maio de 2007, o programa foi ampliado como parte da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, regulamentada pelo Decreto nº 7.415, de 30 de dezembro de 2010, e reafirmada pelo Decreto nº 8.572 de 9 de maio de 2016. Contudo, em 2017, o programa foi descontinuado.

O programa foi retomado somente em 2023, com a instituição do Grupo de Trabalho (GT), responsável por avaliar a retomada e as melhorias do Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público, por meio da Portaria nº 1.574, de 9 de agosto de 2023.

A continuidade da ação contou com a publicação da Portaria MEC nº 395, de 29 de maio de 2025, que institui o Programa de Formação Inicial em Serviço de Profissionais da Educação Básica - Profuncionário.

Os objetivos são: promover a profissionalização específica a partir de cada área de atuação individual e coletiva no contexto pedagógico da unidade escolar; fortalecer a identidade profissional dos funcionários da escola pública da educação básica; possibilitar o acesso à Educação Profissional e Tecnológica; contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas; estimular a elevação da escolaridade; e proporcionar a valorização dos profissionais da educação.

Desejamos que esta jornada, embora desafiadora, seja proveitosa e transformadora!

Um excelente curso!

São os votos do Ministério da Educação





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República

CAMILO SOBREIRA DE SANTANA
Ministro de Estado da Educação

MARCELO BREGAGNOLI
Secretário da Educação Profissional e Tecnológica

Diretoria de Articulação e Fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica

Diretoria de Políticas e Regulação da Educação Profissional e Tecnológica



FICHA TÉCNICA

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
Veruska Ribeiro Machado

Pró-reitoria de Ensino
Rosa Amélia Pereira da Silva

Diretoria de Educação a Distância
Jennifer de Carvalho Medeiros

Coordenação Geral do Projeto
Blenda Cavalcante de Oliveira

Coordenação Pedagógica
Juana de Carvalho Ramos Silva
Marina Morena Gomes de Araújo

Coordenação de Produção de Material Didático
Adriano Vinício da Silva do Carmo

Orientação de Ensino Aprendizagem
Anna Vanessa Lima de Oliveira
Carolina Gonçalves Gonzalez
Vânia do Carmo Nóbile

Design Educacional
Anna Oliveira Barboza
Danilo Gonçalves da Fonseca
Juana de Carvalho Ramos Silva
Juliana Parente Matias
Leandro Alves Faria
Luciano de Andrade Gomes
Ricardo Pereira Araújo

Produção Multimídia
Erika Ventura Gross
Marcos Pereira dos Santos

Revisão de Texto
Anna Oliveira Barboza
Laion Roberto Agostini Stanczyk

Apoio Administrativo
Noeme César Gonçalves

Estudantes bolsistas de Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa

Gisele Silva de Siqueira
Iara Pinheiro da Silva
Mércia Dalyanne Lopes de Araújo
Pedro Henrique Assunção Alvarinho
Pérola Reginaldo das Virgens
Rita de Cássia Frazão

Estudantes bolsistas de Licenciatura em Pedagogia

Esther Lucena de Souza
Eudicleia de Oliveira Silva
Keila Alves Neri

Mensagem do autor

No Caderno 1 (Funcionários de Escolas: cidadãos, educadores, profissionais e gestores), que você vai estudar em sequência a este, faço uma apresentação minha, mais histórica e pessoal.

Neste Caderno, gostaria de partilhar uma preocupação.

Em visitas que tenho feito a Secretarias de Educação Estaduais e a Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que estão oferecendo os cursos do Profucionário, percebo duas atitudes de coordenadores, tutores e até mesmo de funcionários(as)/estudantes, que acabam dificultando o alcance de seus objetivos. A primeira é a preocupação em transmitir conteúdos; a segunda, a insensibilidade diante das habilidades, competências e conhecimentos dos/as funcionários/as, adquiridos ao correr de trabalhos e de vidas que serviriam de exemplos para todos nós.

Não nego a utilidade da transmissão de conteúdos: a merendeira precisa conhecer as vitaminas e para que servem; os que trabalham em secretarias devem ter conhecimento de leis, de pareceres, de resoluções para orientar seu trabalho; quem trabalha numa biblioteca precisa distinguir um livro técnico de um de ficção; os responsáveis pela conservação e limpeza têm que interpretar os "modos de usar" detergentes e outros produtos químicos. Mas, antes de tudo, queremos, com os cursos do Profucionário, cultivar o gosto pelo trabalho e pelas funções de educador de cada um e de cada uma. O estudante vai gostar da merendeira que faz a comida gostosa, do trabalhador da biblioteca que ama ler e que transmite essa atitude educativa exemplar, do porteiro que sabe seu nome e só tem sorrisos para os outros, e do secretário que se preocupa com a nota insuficiente e comemora os bons resultados nas provas e trabalhos.

Pois bem, o João que escreve para vocês tem 60 anos de magistério, teima em trabalhar até hoje, apesar de ter passado dos 80, é voluntário no Senado Federal e está convicto de que teoria sozinha, por mais bonita que seja, não traz felicidade. Precisamos organizar nossas práticas e refletir sobre elas. E, quando percebemos algo significativo, por que não comunicarmos? Este Caderno é isso: uma tentativa de reflexão sobre o momento crucial do curso, que é o de fazer para transformar, "ver para crer". Já reclamadas por muitos, resolvi escrever essas Orientações para a Prática Profissional Supervisionada - PPS. Fará-me o maior favor quem, além de as ler, tiver a iniciativa de criticá-las. Vamos conversar?

João Antonio Cabral de Monlevade



Apresentação do Caderno

Você, funcionário/a da educação pública, depois de se inteirar das Orientações Gerais do Profucionário no Caderno A e de ter tido acesso a fundamentos da Educação a Distância (EaD) no Caderno B, recebe agora o Caderno C, que trata especificamente de uma importante parte do seu curso – a Prática Profissional Supervisionada (PPS). Ela é o estágio específico de seu curso, tanto quanto a prática de ensino é o estágio dos que se preparam para ser professores da educação básica, seja no curso normal de nível médio, na Pedagogia, ou em alguma das licenciaturas.

Este Caderno, como os demais, contém capítulos (ou unidades) com um texto explicativo e sugestões de atividades práticas (os "Pratiques") que, juntos, correspondem a carga horária da disciplina "Orientações para a PPS". Essas horas não fazem parte da carga horária da PPS propriamente dita, que serão distribuídas no decorrer do curso, conforme planejamento entre você, seu tutor/a e, muitas vezes, um grupo de colegas.

Objetivo

São três os objetivos principais desta disciplina e deste Caderno C (Orientações para a Prática Profissional Supervisionada). O primeiro é construir um corpo de conhecimentos sobre a integração teoria e prática e sobre a PPS propriamente dita. O segundo é orientar você, os tutores e coordenadores a como organizar e desenvolver a carga horária da PPS. E o terceiro, não menos importante, refere-se a desenhar cenários para o objetivo da PPS – que é o de transformar sua concepção de escola e de profissional da educação e imprimir nova qualidade à sua prática cotidiana.

Ementa

Concepção da PPS. Estágio Supervisionado. Da prática empírica à prática profissional. Estágios nos cursos de formação de educadores. PPS, exercício de transformação. Locais de realização da PPS: escola ou órgão de atuação e ambientes inovadores. Planejamento, supervisão e avaliação da PPS.



Conheça seu Caderno

Prezado/a estudante, seja bem-vindo/a!

É importante que antes de iniciar sua leitura, você conheça bem o seu Caderno e os elementos que os compõem. Os ícones apresentados são elementos gráficos que enriquecem a comunicação visual, facilitando a organização e a leitura em contextos hipertextuais. Veja como funciona cada um:



Atenção

Atenção: indica pontos de maior relevância no texto.



Saiba Mais

Saiba Mais: remete o tema para outras fontes: livro, revista, jornal, artigos, noticiário, internet, música etc.



Vocabulário

Vocabulário: indica a definição de um termo, palavra ou expressão utilizada no texto.



Pratique

Pratique: apresenta sugestões de atividades para reforçar a compreensão do texto da disciplina e envolver o estudante em sua prática, bem como atividades para compor a carga horária de Prática Profissional Supervisionada (PPS), em planejamento conjunto entre estudante e tutor.



Refleta

Refleta: apresenta um momento de pausa na leitura para refletir/escrever/conversar sobre pontos importantes e/ou questionamentos.



Sumário

Introdução.....	14
Unidade 1	
O que é a PPS?	18
Unidade 2	
O espaço dos funcionários da educação: prática sim, mas profissional.....	24
Unidade 3	
Estágios nos cursos de formação.....	30
Unidade 4	
PPS – Exercício de transformação.....	36
Unidade 5	
Escola de atuação, ambiente central da PPS.....	42
Unidade 6	
Planejamento da PPS.....	48
Unidade 7	
Supervisão e avaliação da PPS.....	88
Palavras finais.....	93
Referências.....	94
Currículo do autor.....	96





Introdução





Introdução

Caro/a estudante,

Os cursos do Profucionário – programa instituído em 2005 no âmbito da Secretaria de Educação Básica do MEC e hoje coordenado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – Setec – são, atualmente, política de governo e política de Estado.

Política de governo por ser fruto de decisões tomadas no âmbito dos mandatos do Presidente Lula e da Presidente Dilma, como respostas às reivindicações da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e de gestores estaduais e municipais, preocupados com a valorização dos/as funcionários/as da educação básica pública.

Mas, principalmente, política de Estado, uma vez que, pela introdução do art. 62-A no corpo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), **a formação continuada dos/as funcionários/as da educação básica (Categoria III dos Profissionais da Educação, segundo o art. 61 da mesma lei) passou a ser direito de TODOS OS QUE ATUAM EM FUNÇÕES EDUCATIVAS NÃO DOCENTES** nas escolas públicas de todas as etapas e modalidades da educação básica, independentemente da natureza de seu vínculo de trabalho.

O desafio é muito grande, porque, conforme o Censo Escolar do Inep de 2022, de estimados 1,8 milhões de funcionários/as em 2024, não chegam a 100 mil os que conseguiram seu diploma de técnico em uma das quatro habilitações profissionais no âmbito da 21ª Área de Educação Profissional no Nível Médio: técnico em alimentação escolar, em infraestrutura escolar, em multimeios didáticos e em secretaria escolar.

Maior ainda é o desafio ao qual pretende responder o presente Caderno, integrante da formação pedagógica desses novos profissionais da educação: há muito faz falta uma orientação mais sólida e concreta sobre os fundamentos e o modo da oferta da carga horária de PPS, integrante da Matriz Curricular dos quatro cursos e dos demais que se criarem na 21ª Área para a formação dos profissionais da educação.

Pois bem: valendo-nos de informações históricas e geográficas sobre a questão e, principalmente, das experiências e das dificuldades da oferta de PPS em muitos estados do Brasil, sob responsabilidade de secretarias estaduais de educação e de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), ensaiamos uma primeira tentativa de orientar, revelar sentidos e dar sugestões para que a PPS atinja seus objetivos centrais: integrar fortemente teoria e prática na aquisição de competências e transformar os funcionários e as funcionárias em educadores profissionais que construam uma educação básica democrática e de qualidade, reivindicada pela Constituição e pela realidade brasileira no século XXI.

Para dar conta deste desafio, preferimos percorrer um itinerário que contemplasse, de início, os próprios conceitos de estágio curricular profissional, em geral e na área da educação, como que construindo um consenso sobre o que deve ser uma PPS e sobre o peso de seus desafios de implantação, para chegar, nas duas últimas unidades, a arranjos estratégicos e sugestões concretas.

Sem dúvida, este Caderno, como subsídio para gestores, tutores e funcionários(as)/estudantes, deve ser considerado como elemento informativo e orientador, mas, acima de tudo, como um desafio para a criatividade de todos os envolvidos no Profuncionário. Não custa repetir e repetir. **Os cursos do Profuncionário são parte de sistemas de ensino públicos, estando sujeitos ao princípio da gestão democrática, constante da Constituição e da LDB, ao lado do princípio da valorização dos profissionais da educação.** Assim, eles devem ser planejados e oferecidos em ritmo de decisões colegiadas, com participação dos gestores, professores, tutores e, em especial, dos funcionários(as)/estudantes. Somente essas decisões coletivas, no âmbito dos IFs e de instituições estaduais, poderão garantir que a PPS seja ofertada com os aportes das Ciências e da Pedagogia, de modo a atingir seus objetivos.

Sugere-se que as decisões coletivas comecem nas coordenações estaduais do Profuncionário, das quais participam a Secretaria e o Conselho Estadual de Educação, os institutos federais, a seção estadual da Undime e o Sindicato que representa os/as funcionários/as no âmbito estadual, filiado à CNTE. Passam, então, as decisões a serem tomadas pelas instituições ofertantes (IF ou escolas de nível médio, geralmente estaduais). Finalmente, se concretizam também no nível de cada polo e curso, nas quais as particularidades ficam mais presentes e precisam ser consideradas nos diversos arranjos da PPS, que se incorporará ao processo de ensino-aprendizagem

do/a funcionário/a cursista e em seu histórico escolar.

Essas palavras podem parecer simples para alguns e **utópicas** para outros. Contudo, elas não são palavras do autor: são expressões dos anseios de uma categoria até agora invisível e subalterna, mas sempre presente e essencial na construção da educação escolar brasileira.



Vocabulário

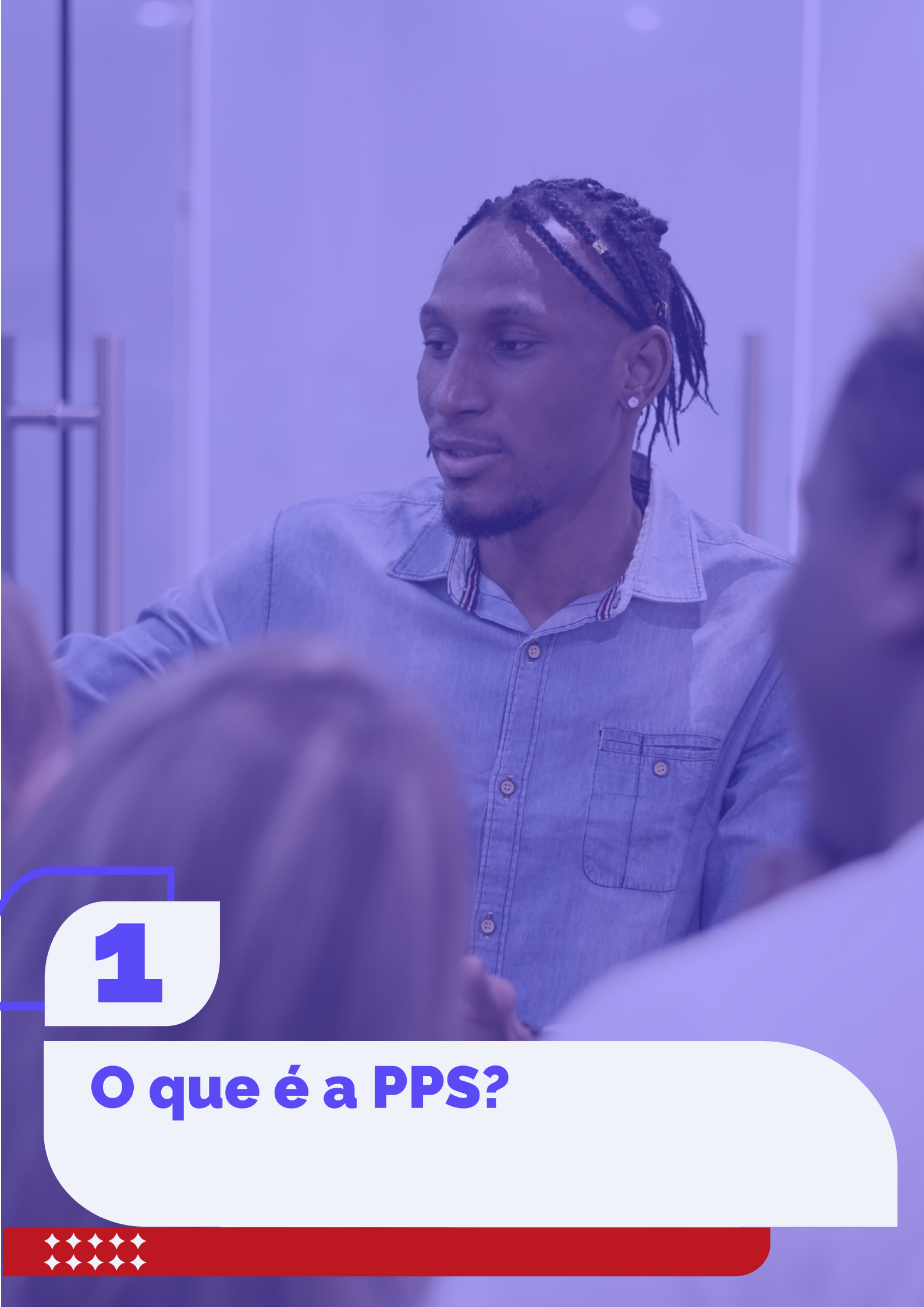
Utópica – O mesmo que imaginária, fantasiosa, fantástica, quimérica, utopística.

Fonte: Dicionário Online de Português

Vamos à leitura e ao diálogo. Este texto é de domínio público, livremente multiplicável, desde que citada a fonte.

Um último esclarecimento sobre a sugestão de mudança de carga horária da PPS nos cursos técnicos do Proffuncionário, de 300 para 180 horas. O art. 65 da LDB prevê, para a formação de docentes, com toda razão, o mínimo de 300 horas de estágio supervisionado. E assim fizemos, até recentemente, sem levar em consideração que a carga horária total dos cursos para formação de professores, tanto em nível médio normal quanto na Pedagogia e nas licenciaturas, representam, em média, o dobro daquela de cursos técnicos para formação de funcionários/as. Cremos, assim, que as 180 horas são suficientes, inclusive para justificar a inclusão dos/as funcionários/as na categoria de profissionais da educação, conforme dispõem os arts. 61 e 62-A da mesma LDB. Na realidade, em um curso de formação continuada, mais valem a proposta e a qualidade da PPS do que sua extensão no tempo, mais abreviado pela Resolução nº 05, de 2005.

Um abraço do autor a todas e a todos.



1

O que é a PPS?



O que é a PPS?

Os cursos do Profucionário são cursos técnicos, ou seja, de educação profissional em nível médio. Mas, acima de tudo, pertencem à modalidade de educação de jovens e adultos e são desenvolvidos como formação em serviço.

Como cursos profissionais em nível médio, precisam ter um estágio, uma carga horária de prática nas competências e habilidades da profissão para a qual será expedido o diploma. Façamos uma comparação com os cursos normais, que formam os professores e professoras para lecionarem na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. Eles precisam ter um mínimo de 300 horas de prática de ensino, como disposto no art. 65 da LDB. Alguém aceitaria uma professora nos anos iniciais de uma escola que nunca tivesse alfabetizado uma criança? Assim também, uma merendeira sem domínio da prática, um auxiliar de secretaria sem prática na aplicação de legislação e normas seriam inúteis na escola.

Os cursos do Profucionário diplomam profissionais da educação da Categoria III – que são os não docentes, também conhecidos por funcionários/as da educação ou técnicos administrativos da educação, ou, simplesmente, “técnicos em educação”. Pelo princípio da analogia, quando foi aprovada a 21ª Área da Educação Profissional em Nível Médio, pela Resolução n.º 5 de 2005, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, ficou estipulado que os cursos para formar os profissionais da Categoria III também teriam 300 horas de estágio, que se denominou Prática Profissional Supervisionada. Isso ficou mais claro no Parecer n.º 16, de 2005, e nas matrizes curriculares adotadas pelos quatro cursos do Profucionário, oferecidos pelo MEC, até 2013, em 1.260 horas: Técnico em Alimentação Escolar, Técnico em Infraestrutura Escolar, Técnico em Multimeios Didáticos e Técnico em Gestão Escolar (mais tarde substituído por Técnico em Secretaria Escolar). Só que nos “esquecemos” de que os Cursos Técnicos Subsequentes têm menos da metade dos Normais, o que também vai ocorrer com os cursos superiores de tecnologia comparados às licenciaturas. Daí a proposta de 180 horas de PPS para nossos cursos!



Estudante sendo assistido por educadora frente ao computador. Fonte: Freepik

Prática Profissional Supervisionada é concebida no Profucionário como o **momento em que o estudante se situa na redefinição do seu fazer profissional, transformando atividades rotineiras em práticas educativas intencionais. Ela promove a problematização da rotina, ou seja, põe em xeque o dia a dia do trabalho dos/as funcionários/as em seus respectivos espaços, à luz do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola.** Por exemplo: quando dez por cento ou até mais das crianças não aceitam ou jogam fora a merenda, o fato tem que ser avaliado. As crianças têm que ser motivadas ou o cardápio mudado. **A PPS também se destina a criar novas possibilidades de práticas educativas na escola, com base nas disciplinas dos cursos do Profucionário e nas necessidades educativas da escola.** Está certo acessar a secretaria escolar por meio de um guichê, como uma repartição fria e burocrática? Estaria correto aumentar a altura do muro – separando a escola do bairro e da comunidade vizinha – ou instalar arame farpado e câmeras de filmagem e se esquecer de criar vínculos com as lideranças locais, realizar reuniões com as autoridades de segurança e com as associações de bairro?

As atividades que constituem a PPS, integradas ao estudo das disciplinas de formação pedagógica e de formação técnica geral e específica, devem ser planejadas conjuntamente pelo estudante e pelo tutor presencial, sendo este o responsável – embora não o único – pela sua supervisão e avaliação.



Atenção

Você deve lembrar de que, no estudo dos Cadernos, os ícones PRATIQUE são aqueles que sugerem as principais atividades teórico-práticas a serem realizadas durante o estudo da disciplina.

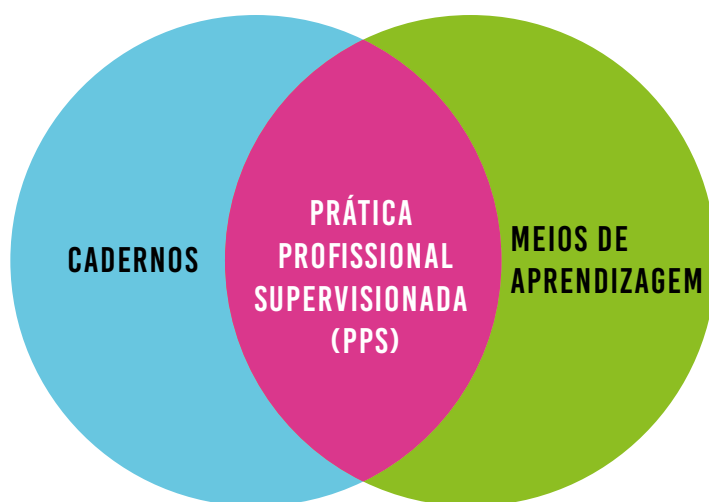
Essas atividades servem tanto para problematizar como para explicar ou provocar a construção ou reconstrução daquilo que se está acostumado a fazer.

As atividades propostas por meio do ícone Pratique, assim como algumas atividades propostas por meio dos ícones Reflita e Saiba Mais, que exigem pesquisa fora das disciplinas, são, ao mesmo tempo, **sugestões para o plano de Prática Profissional Supervisionada**, conforme decisão a ser tomada entre estudante e tutor, e **devem ser registradas reflexivamente no memorial**.

As atividades da PPS podem derivar tanto das sugestões e escolha de **Pratiques** quanto de opções feitas no diálogo estudantes-tutores, sempre de acordo com a realidade de cada escola e do desenvolvimento do curso.

Adiantamos que a maior parte das atividades da PPS devem ser feitas no ambiente de trabalho do funcionário/estudante: seja na escola em que atua, seja em um órgão do sistema de ensino onde presta seus serviços, como a Secretaria de Educação e suas administrações regionais, o Conselho de Educação ou outro colegiado permanente. Mas é recomendável que uma carga horária significativa se desenvolva em ambientes fora do local de trabalho, conforme sugerido em vários Pratiques, principalmente para abrir novos horizontes de trabalho e para questionar as rotinas. De forma alguma, as atividades rotineiras executadas antes ou durante o curso podem ser consideradas automaticamente como parte da PPS, se não forem planejadas pelo estudante em conversa com os tutores.

A PPS é o elo articulador entre o que se aprende nos Cadernos, nos encontros presenciais e nas interações em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA ou Plataforma), no sentido de valorizar profissionalmente o trabalhador da educação e de conferir qualidade às escolas públicas, que não subsistem sem a presença dos/as funcionários/as e não alcançam seus objetivos sem o seu trabalho, cada vez mais qualificado e integrado ao PPP – que também é elaborado e avaliado com a participação crescente dos/as funcionários/as.



Articulação da PPS frente a cadernos e meios de aprendizagem. Fonte: Elaboração própria.



Anotações

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.



2

**O espaço dos funcionários
da educação: prática sim,
mas profissional**



O espaço dos funcionários da educação: prática sim, mas profissional.



Vocabulário

PhD – Sigla em inglês que significa *Philosophy Doctor*, que, em português, corresponde a "Doutor em Filosofia".

Assim como ocorreu com os professores, os conhecimentos, competências e habilidades dos/as funcionários/as nasceram com a prática. **Não nasceram de alguma teoria, muito menos por meio de um aprendizado acadêmico ou profissional.** A identidade dos professores data de quatro mil anos antes de Cristo; a Pedagogia, de 500 anos antes de Cristo. Ele mesmo, Jesus Cristo, foi "mestre" e exerceu uma Pedagogia. Sabia das coisas e falava por meio de parábolas; esse método de discurso e seu testemunho de vida fundaram a Pedagogia Cristã. Suas práticas, junto aos discípulos e o sucesso diante das multidões, o consagraram como mestre, sem qualquer diploma profissional. Jesus, na linguagem de hoje, não era **PhD**, nem licenciado.

A profissionalização dos professores foi bem mais recente, na Ásia e na Europa. No Brasil, ocorreu em 1834, no caso dos professores primários, com o curso normal, e por volta de 1920, no caso dos professores secundários, com as licenciaturas.

E as merendeiras, os bibliotecários e os secretários das escolas, os servidores da conservação, limpeza, segurança, quando e como surgiram? Desde 1550, com o primeiro colégio do Brasil, na medida em que suas funções se tornaram necessárias nos espaços escolares. Elas e eles, como os "coadjutores jesuítas", foram recrutados em razão de suas competências práticas, de seu "SABER FAZER". O cozinheiro de um internato não era nutricionista, nem formado em gastronomia. O zelador, a encarregada da limpeza, não tinham certificado de algum curso, diploma de alguma profissão: SABIAM FAZER. Melhor dizendo: FAZIAM, muitas vezes sem saber expressar ou sistematizar seus conhecimentos e habilidades. Eram reconhecidos, admitidos e mantidos pela competência de sua PRÁTICA.

Com o acesso universal aos estudos, ou seja, com a presença nas escolas de TODAS as crianças, adolescentes, jovens e adultos, as escolas passaram a ter – além das salas de aula, para o ensino-aprendizagem – mais e mais espaços de educação integral: jardins e hortas para a educação ambiental; cozinhas, cantinas e refeitórios para a educação alimentar; sanitários e vestiários para a educação do corpo; secretarias para abrigar documentos, arquivos e informações curriculares; bibliotecas, laboratórios e computadores para a educação científica. Esses espaços foram ocupados por cidadãos e cidadãs que dominavam as práticas ali desenvolvidas, até que elas evoluíram e se sofisticaram a ponto de exigirem a **profissionalização** de seus atores.

Em muitos países, os/as funcionários/as só são admitidos se tiverem competência técnica para cada uma dessas funções não docentes – certificadas por cursos profissionais. E esses cursos contêm não somente disciplinas teóricas, que transmitem um corpo de conhecimentos, mas um **estágio curricular profissional**, que cultiva competências, que testa habilidades. Mais ou menos como o que acontece na formação de um motorista: aulas teóricas de trânsito, de direção defensiva, e horas e horas de prática de volante e, algumas vezes, de mecânica, para domínio dos “desconsertos” dos veículos.



Vocabulário

Profissionalização – É o processo pelo qual as pessoas se tornam profissionais, por meio da aquisição de conhecimentos e habilidades específicas para realizar atividades que a sociedade valoriza como úteis. Para realizar essas atividades, as pessoas são remuneradas e reconhecidas como aptas. Para ser profissional, portanto, é preciso um diploma que comprove a aquisição dos conhecimentos e habilidades, salário digno e emprego.



Gravura de profissionais de alimentação escolar. Fonte: Freepik

No Brasil, quando os/as funcionários/as conquistaram sua identidade profissional por meio de associações e de sindicatos de trabalhadores na educação, logo perceberam que seria necessária uma formação profissional que sistematizasse sua prática e garantisse as competências requeridas por suas funções. Os cursos no Mato Grosso, Acre e Distrito Federal, na década de 1990, foram organizados com disciplinas pedagógicas e técnicas e com uma carga horária de prática profissional. O termo "supervisionada" também nasceu aí e foi sacramentado pela Lei do Estágio (Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008), que o define como **ato educativo escolar supervisionado**. Assim, é fundamental entender que nutricionistas, bibliotecônomos, pedagogos, comunicadores e outros profissionais, detêm a CIÊNCIA, o SABER, e os/as funcionários/as dominam o SABER FAZER dessas profissões.

No nível médio, são técnicos, e no nível superior, tecnólogos, mas, acima de tudo, PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO EM FUNÇÕES DIFERENCIADAS DA CULTURA BRASILEIRA – produzidos historicamente pela prática e confirmados pela escolaridade, profissionalização e habilitação específicas, legalmente reconhecidas.

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.



Pratique

Reúna um grupo de funcionários(as)/estudantes de seu curso. Depois de ler o art. 1º da Lei nº 11.788/2008 (que aparece anteriormente), descrevam, juntos, as características de sua PPS que fazem dela um estágio curricular supervisionado.

Anotações



3

Estágios nos cursos de formação



Estágios nos cursos de formação

Antes de aprofundar essas orientações sobre a PPS, é bom fazermos umas reflexões sobre estágios em cursos de formação e, particularmente, em cursos de formação para educadores.

Começemos pela área da saúde, em que é difícil separar teoria da prática, ensino teórico do estágio prático e profissional.

Alguém de nós seria capaz de se internar para uma cirurgia sabendo que o médico nunca operou ninguém? Ou entraria num túnel de tomografia dirigido por um rapaz que não tivesse passado por um estágio de aprendizagem? Eu não.

Entretanto, muitos de nós nos sujeitamos a receitas de chás de nossos avós ou de outras pessoas mais velhas e até a "trabalhos" e "garrafadas" de curandeiros. Por quê? Porque temos testemunhos da experiência e um "sexto sentido" científico de que não estamos sendo envenenados. Mas, a cada dia, a "medicina popular" vai dando lugar à assistência médica, aos diagnósticos com alta tecnologia, à ação das vacinas e a outros produtos farmacêuticos descobertos pela pesquisa. Em outras palavras, a medicina, a enfermagem, a farmacologia e a nutrição profissionalizada substituem os processos tradicionais. E, com a profissionalização, as modernas teorias são aliadas, respaldadas e vivenciadas pelos estudantes por demorados períodos de estágio, de prática, até por "**residências médicas**" em determinadas especialidades.

Ainda na área da saúde, podemos fazer a mesma reflexão a respeito da evolução do cuidado às gestantes e ao parto. Só passamos a confiar em um médico obstetra – que, a cada dia, substitui o papel das tradicionais "parteiras" – se ele aliou a teoria aprendida na faculdade à prática ali iniciada e testemunhada pelo seu sucesso na condução de partos normais e cesarianas. Mais que no diploma, as mulheres confiam na "boa fama" dos médicos, que passa de boca em boca.

Na área da docência, central na educação, não é muito diferente.

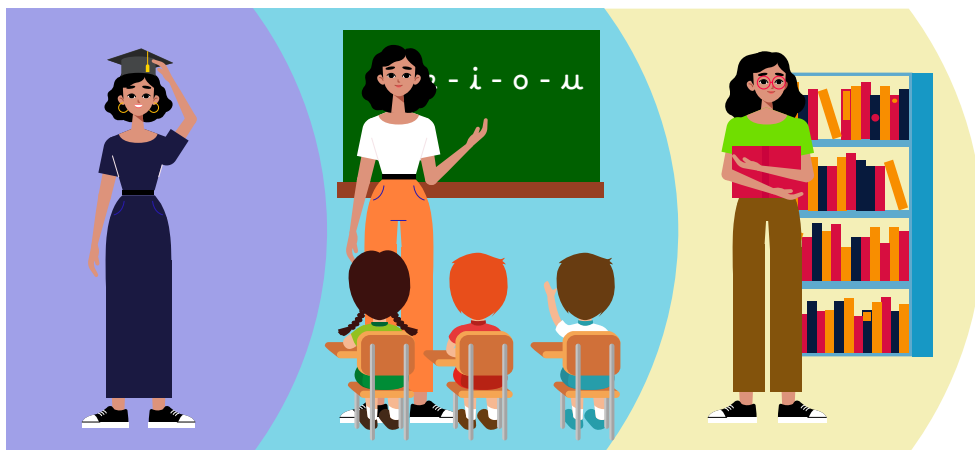


Saiba Mais

Instituída em 1977, pelo Decreto nº 80.281, a residência médica é uma modalidade de ensino de pós-graduação destinada a médicos. Quando cumprida integralmente, dentro de determinada especialidade, confere ao médico-residente o título de especialista. É considerada a forma de especialização médica mais eficiente do Brasil.

Fonte: CFM.

Vamos, então, refletir sobre as consequências da presença e da falta da prática de ensino no sucesso da aprendizagem dos alunos. Conheço uma moça que, depois de concluir o curso de nível médio, foi contratada por uma dona de escola particular para uma classe de alfabetização, a partir da observação que ela fez em turmas de catequese na sua igreja. Ela percebeu a sensibilidade, a criatividade, a capacidade de comunicação com as crianças de oito e nove anos. Confiou a moça uma turma de vinte crianças de seis anos para a alfabetização e, no princípio, durante dois meses, ajudou-a a preparar as aulas. Percebeu que ela tinha muito "jeito" para ensinar e motivação para que todas as crianças se alfabetizassem. Orientou-a também para fazer um curso de Letras. Durante quatro anos, foi a melhor professora da "escolinha" daquela cidade de periferia de Brasília. Hoje, depois de aprovada em um concurso, com base em diploma de professora que adquiriu, leciona na rede pública de Goiás e é diretora da escola. Sem dúvida, ela aliou a prática com a teoria – representadas pelo diploma profissional.



Imagens representam trajetória profissional de uma professora. Fonte: Freepik

Também conheci uma professora formada em Letras Português/ Inglês, que me substituiu no ensino de língua estrangeira numa escola de Mato Grosso. Chegou devidamente diplomada em seu estado natal, passou no concurso e assumiu as quatro turmas de quinta à oitava série do 1º grau. O que ocorreu? Embora ela fosse fluente em inglês, os alunos simplesmente não aprendiam. Não foi difícil descobrir o porquê: seu estágio tinha sido uma experiência aligeirada, que não representou desafio pedagógico e muito menos uma prática comprovada de aprendizagem dos alunos. Anos depois, a LDB procurou superar essa situação dispondo a carga horária mínima de 300 horas de prática de ensino, e a Lei do Estágio conferiu a necessidade de ser supervisionado, ou seja, sujeito a uma avaliação – não só de conhecimento, mas de desempenho **profissional**.



Reflexão

E você, conhece ou se lembra de algum exemplo de alguém que, apesar de ter um conhecimento teórico excelente, na prática não se saía tão bem assim?



Professora em sala com estudantes. Fonte: Freepik

Infelizmente, estamos longe de ter qualidade objetiva na formação dos professores, principalmente nos cursos de Pedagogia e nas diversas licenciaturas. No tempo em que as professoras primárias eram formadas nos cursos normais, a supervisão de sua prática de ensino em sala de aula parecia ser mais efetiva. Por isso defendo, como prevê o art. 62 da LDB, a formação inicial das professoras em cursos normais de nível médio. O nível superior, então, seria uma formação continuada, muito mais efetiva, por estar baseada nos desafios da prática vivenciados anteriormente.

Risco semelhante, de um não aproveitamento da prática profissional supervisionada, corremos na formação dos/as funcionários/as. Entre outras, por duas razões:

Primeiro, porque muitas vezes achamos que, “na prática, os/as funcionários/as já estão formados/as, competentes para exercer suas funções”, e que só faltaria uma formação em conhecimentos, uma “ilustração técnica e pedagógica”, uma conscientização que lhes desenvolvesse a autoestima. Portanto, seria só “reconhecer” os serviços prestados – que ultrapassam em muito as 300 horas requeridas burocraticamente. Quando muito, poderiam ser oferecidas atividades para a troca de experiências ou para o “enriquecimento dos horizontes tecnológicos”.

Há uma segunda razão, talvez ainda mais forte. Até reconhecemos que as práticas cotidianas dos/as funcionários/as não se alinham todas ao PPP da escola ou às exigências da modernidade técnica e pedagógica, ou seja, elas deveriam melhorar e poderiam se transformar. Mas não é fácil mudar as pessoas e seus costumes, estruturados em comportamentos pessoais ou em regras burocráticas orquestradas pela gestão. Também não é fácil supervisionar as atividades da PPS em várias escolas e em múltiplas situações, quando não se dão condições de tempo e de recursos financeiros para os tutores fazerem este trabalho.

Os resultados desta “**capitulação**” de educadores e gestores diante de visões equivocadas ou de dificuldades consideradas intransponíveis são desastrosos. No caso da formação dos professores, temos aí exemplos que assustam: professores de anos iniciais aprovados em concursos de redes municipais sem nunca terem alfabetizado uma criança; professores de línguas estrangeiras sem fluência em sua oralidade; professores de ciências sem a mínima habilidade em usar laboratórios, até mesmo no ensino médio. Todas essas competências dependem de uma prática de ensino supervisionada e avaliada.

No caso da formação dos/as funcionários/as, as situações não são tão gritantes; em parte porque são poucos os exemplos de cursos, presenciais ou a distância, destinados a adolescentes e jovens em percurso da educação básica. Mas, **quando se pensa no caráter transformador dos cursos profissionais destinados a habilitar funcionários, a falta de uma prática profissional inovadora e emancipadora, que leve a transformações concretas, é sensível.** Como já me disseram gestores de escolas e tutores do Profuncionário: “o nível de consciência, o aumento da autoestima, a familiaridade com temas pedagógicos depressa se notam nos funcionários em formação. Mas não é fácil conseguir deles a transformação da prática educativa e técnica nos espaços escolares”.

“Parece haver”, já ouvi, “uma conspiração pela mediocridade, como se a transformação não dependesse um pouco da mudança de cada um”. Exatamente aí está a alma da questão: **potencializar os estágios supervisionados como fatores de transformação das instituições educativas. Esta é a razão de ser deste Caderno, especialmente dedicado à questão da PPS.**



Vocabulário

Capitulação – Ação de ceder, de se sujeitar ou de se render às circunstâncias; submissão, sujeição.

Fonte: Dicionário Online de Português

Ela já era tratada nas Orientações Gerais, mas mereceu uma atenção específica, dadas as dificuldades – durante os 20 anos de oferta dos cursos do Profuncionário – que gestores, tutores e os próprios cursistas têm tido no desenvolvimento da PPS. Na próxima unidade, vamos explorar o seu objetivo central – o de transformar a prática dos funcionários e das funcionárias na escola e, com isso, contribuir para a transformação da escola e do sistema de ensino público no Brasil. Não seria pensar alto demais? De nos “mudarmos” para as nuvens? Achamos que não.



Pratique

Organizado um grupo de quatro cursistas pelo tutor presencial, entrevistem, cada um, dois estudantes de Pedagogia ou licenciatura de sua cidade e perguntem-lhes: como está sendo desenvolvida sua prática de ensino no curso? Quantas horas efetivas de prática em sala de aula já tiveram? Como ela se articula com as disciplinas teóricas do curso? Depois, exponham ao grupo as respostas e descrevam-nas em seu Memorial.

Anotações



4

PPS – Exercício de transformação



PPS – Exercício de transformação

Em minhas análises de Plano de Cursos do Profucionário, tenho criticado uma proposta bastante comum de dividir a carga horária da PPS em pedaços de 10 ou 15 horas em cada uma das disciplinas, especialmente nas de Formação Técnica. Minha crítica se baseia na ideia de que a PPS, na formação continuada, não deve ser uma simples "aplicação" da teoria, mas um exercício de transformação da prática cotidiana dos/as funcionários/as cursistas.

Vamos ilustrar com um exemplo bem concreto. Durante a disciplina Gestão da Educação Escolar (Caderno 6 - Gestão da Educação e das Instituições de Educação Básica), observe a diferença de duas possíveis sugestões de atividades de PPS, ambas perfeitamente ligadas ao conteúdo ensinado:

1. Pesquise duas portarias da Secretaria de Educação a que pertence sua escola e assinale os artigos da LDB em que se baseiam seus dispositivos.
2. Compareça à reunião ordinária do Conselho Escolar de sua escola e registre as deliberações tomadas na reunião, bem como a presença dos representantes dos vários segmentos.

No primeiro caso, a atividade visa desenvolver no funcionário o conhecimento da legislação e da burocracia escolar. Não há preocupação em transformar sua atitude de conformidade às normas hierárquicas.

No segundo, procura-se envolver o/a funcionário(a)/estudante em uma atividade de gestão democrática, nem sempre assimilada pela escola ou mesmo pelo segmento dos/as funcionários/as, que costumam ser marginalizados dos processos decisórios na educação. Imagine se o cursista descobre que em sua escola não existem reuniões ordinárias do Conselho Escolar ou que o Conselho não funciona, impedindo a democracia na escola, ao contrariar a LDB e a Constituição.

O curso e a PPS estariam, assim, induzindo a transformação, não só da cabeça, mas das atitudes e práticas do/a funcionário/a na escola.

Observemos que a palavra “(trans)-formação” – grafada com hífen – tem dois sentidos. O primeiro é o de mudança estrutural de um ser, de uma estrutura material ou social: de larva para borboleta, de criança para adulto, de escravismo para feudalismo, de monarquia para democracia. O segundo, no âmbito da educação de pessoas, refere-se ao processo de formação pessoal que inclui uma mudança estrutural, superando o estado em que se encontra o sujeito da capacitação. O funcionário se transforma de trabalhador na educação para profissional da educação escolar.

Em uma formação em serviço, corre-se o risco de se “titular”, de se “certificar”, sem a preocupação de alinhar a avaliação dos estudantes aos objetivos do curso, que incluem essa transformação.

Feitas essas considerações gerais sobre o caráter transformador do curso e da PPS, é necessário esclarecer que existem, sim, relações entre as disciplinas e as atividades da PPS. As transformações precisam ocorrer tanto nas habilidades educativas – durante as disciplinas do Núcleo de Formação Pedagógica – quanto nas habilidades técnicas, desenvolvidas nos Cadernos de 7 a 16.

Mas, **ATENÇÃO**. Desde o Caderno A até o 16, as atividades da PPS devem ser planejadas em diálogo entre estudante e tutores, de forma a combinar as sugestões de Práticas (na maioria das vezes em ações fora da escola ou da rotina de trabalho) com as sugestões demandadas pela necessidade de transformação da prática cotidiana dos funcionários. A seguir, confira dois exemplos para ajudar a esclarecer dúvidas:



Estudante acessando boletim pelo computador. Fonte: Freepik

Um funcionário auxiliar de biblioteca e cursista do Técnico em Multimeios Didáticos percebe que mais da metade dos livros da biblioteca escolar nunca foi requisitada por professores e estudantes. Pela rotina da escola, compete ao diretor ou a um bibliotecário (raramente presente) a iniciativa de renovar o acervo. Ao auxiliar, cabem as tarefas de registro de empréstimo, aviso a quem não cumpre prazos, recebimento de multas etc. Contudo, ele refletiu que uma biblioteca precisa realmente ajudar no aprendizado dos alunos – é um elo entre a escola e a cultura mundial, brasileira e regional. Ele percebe que professores e estudantes saem frustrados da biblioteca quando não encontram os livros ou revistas que desejam ler e pesquisar. Então, a PPS pode sugerir a atividade de reunir professores e estudantes para fazer um levantamento de novos títulos a serem adquiridos e de como obter recursos para tanto. Isso pode não estar no Pratique, mas flui da criatividade do cursista, provocada pelo curso. Essa atividade da PPS é transformadora, não só do/a funcionário/a, mas da escola.

Segundo exemplo: uma merendeira de uma escola do Sudeste ou do Sul volta de férias do Nordeste, encantada com beiju de tapioca e o cuscuz de milho que conheceu no hotel onde se hospedou. No entanto, a nutricionista não incluiu esses alimentos, tão baratos e gostosos, no cardápio dos estudantes. Um dos Cadernos do Profucionário pode sugerir um Pratique nesse sentido, do qual possa derivar uma atividade da disciplina ou da PPS.



CUSCUZ



TAPIOCA

Pratos com cuscuz e tapioca. Fonte: Freepik

Então, ela tem uma ideia: pedir a colaboração de dois professores de Geografia para ensinar os costumes alimentares dos brasileiros do Nordeste. Daí há uma visita à Direção e um pedido ao Conselho

para investir recursos na compra de polvilho doce e de milho; são “um pulo”. A criançada adorou. Tiveram o mesmo prazer da merendeira sem precisar ir ao Nordeste. Isso resultou na “transformação” das competências da merendeira, prestes a ser diplomada como técnica em alimentação escolar. Ela aprendeu no curso, com nutricionistas, que pode substituir pão e biscoitos de trigo por outras fontes de carboidratos, como milho e mandioca. Também aprendeu que mandioca no Sudeste é “aipim” e no Nordeste é “macaxeira”. A escola também se transformou: tornou-se mais educadora e melhorou a qualidade alimentar.

Não nos esqueçamos. A educação escolar brasileira já atravessou duas fases de natureza político-pedagógica: a elitista e a seletiva.

Durante 300 anos, as escolas eram destinadas e frequentadas por um grupo restrito de habitantes. Os meninos e jovens do sexo masculino eram brancos (ou mestiços claros) e batizados na Igreja Católica. A essa elite era fornecido um currículo também elitista, com matérias como Latim, Português, Matemática, Geografia e História do Mundo Ocidental. A disciplina principal era a Retórica – o aprendizado do discurso perfeito para manter o regime colonial, no qual brasileiros obedeciam e reis portugueses mandavam. Neste contexto, tivemos até funcionários escravos, como foi visto no Caderno A (Orientações Gerais). A prática dos funcionários era a **obediência**.

Depois de 1827, quando as meninas foram admitidas nas escolas, aos poucos as escolas se tornaram **seletivas**. Todos podiam ingressar, mas a aprendizagem e o sucesso eram conquistas de poucos. Nesse contexto, do Império à República, passando por duas ditaduras, cabia aos funcionários executar tarefas burocráticas e conservar seus empregos nas regras clientelistas, dependendo dos “coronéis” ou de políticos que manipulavam suas admissões e demissões. **Não tinham acesso a decisões**.

Com a Constituição de 1988 e, principalmente, com as Emendas 53 de 2006 e 59 de 2009, os funcionários foram reconhecidos como **profissionais da educação**, e o ensino obrigatório se estendeu a **toda a educação básica**, desde a educação infantil até o ensino médio. Essas transformações dos sistemas de ensino e da escola exigem transformações no conhecimento, nas habilidades e nos valores dos/as funcionários/as, que só ocorrem com o passar do tempo e com iniciativas de cursos, como os do Profucionário.

Se a gestão democrática exige (já na maioria dos estados) a presença de representantes do segmento dos funcionários nos conselhos escolares e nos conselhos de educação estaduais e municipais, como eles podem estar aí presentes e atuantes sem uma formação técnica e pedagógica? **Essa é a principal missão da PPS: adequar o cotidiano dos/as funcionários/as às exigências de uma educação democrática, caracterizada pela igualdade, pela participação, pela transparência e pela autonomia.** Tanto nas competências pedagógicas, que respondem pelo caráter de educadores, quanto nas competências técnicas, que dizem respeito às qualidades de profissionais atualizados nas modernas tecnologias, particularmente de suas especialidades.

Alguém pode estar se perguntando: como se “inspirar” para criar as atividades da PPS que promovam transformações nos funcionários e na escola? Recomendamos que você, gestor, tutor e funcionário envolvido neste curso, retome a leitura, no Caderno A (Orientações Gerais), dos dispositivos elencados no perfil geral do técnico em educação e nos perfis específicos dos técnicos em cada função. A lista não está completa, devendo ser ampliada pela reflexão pessoal e coletiva de todos os envolvidos no curso. Temos conhecimento, inclusive, de certos conflitos de competências entre profissionais de áreas afins às quatro habilitações que se sentem “invadidos” pelas novas competências dos funcionários e das funcionárias profissionalizados. Vivemos um tempo de transições no mundo do trabalho, inclusive na educação escolar. Uma ótima oportunidade de fazermos história. Na realidade, somos sujeitos de transformações ou servimos de freio da história do Brasil. É tempo de escolhas pessoais e institucionais.



Pratique

Reúna-se com mais dois funcionários de sua escola e, após lerem os perfis descritos no Caderno A (Orientações Gerais), verifiquem se eles estão sendo observados na escola. Escolham um perfil ou um dispositivo dele que não esteja sendo aplicado e listem estratégias para que ele passe a ser implementado a curto prazo. Peçam ao representante dos funcionários no Conselho Escolar que inclua as sugestões na pauta da próxima reunião ordinária e, se possível, participe dela. Registre as atividades em seu Memorial.



5

**Escola de atuação,
ambiente central da PPS**



Escola de atuação, ambiente central da PPS

Como todos sabemos, os cursos do Profucionário são oferecidos como formação em serviço. Quando se trata de cursos técnicos ou superiores, mas não de formação em serviço, as atividades de prática de ensino ou estágio são normalmente feitas em escolas que entram em convênio com a que oferece o curso de formação.



Gravura representando ambiente escolar aberto. Fonte: Freepik

Em uma formação em serviço, nada mais “natural”, para não dizer necessário, que o próprio ambiente de trabalho do/a funcionário/a seja o melhor e mais indicado campo de estágio. E, como vimos na unidade anterior, a prática deve se constituir num exercício de transformação, em virtude das limitações verificadas no cotidiano dos trabalhadores da educação. Essas limitações não ocorrem por culpa dos funcionários, mas pelo próprio fato de a educação escolar ainda estar mergulhada em práticas **elitistas** e seletivas. Ou, em linguagem mais usual, em práticas ineficientes e ineficazes.

O que seria mais eficaz, por exemplo, para a segurança de uma escola em um bairro considerado violento? Um muro de dois metros separando-a da comunidade, ou um plano articulado

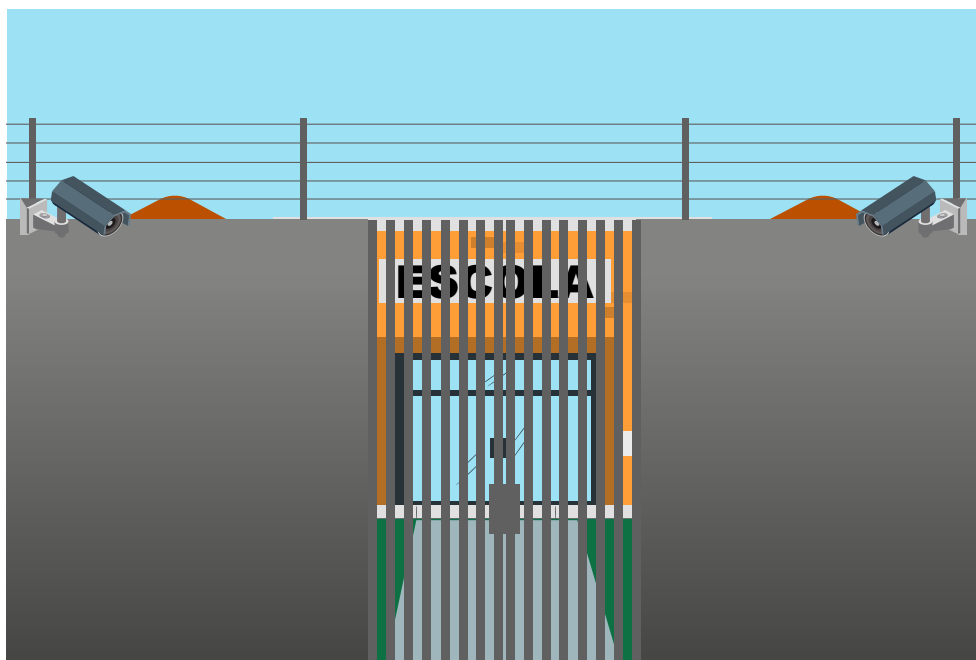
Vocabulário

Elitista advém de elitismo

– Sistema político que favorece os melhores elementos de um grupo, ou de uma minoria que detém prestígio e poder, em detrimento de seus demais componentes.

Fonte: Dicionário Online de Português

com as autoridades policiais para manter adolescentes, jovens e adultos frequentando o ensino fundamental, o ensino médio e a EJA, além de estarem informados de possíveis desvios de conduta de elementos suspeitos, tanto de dentro quanto de fora das escolas? Assim, uma atividade de PPS em um curso técnico em infraestrutura escolar poderia envolver todos/as numa visita ao delegado da Polícia Civil ou ao comandante da Polícia Militar, ou até mesmo a presença deles em uma reunião do Conselho Escolar para tratar da segurança na escola e na comunidade. Pelo contrário, horas e horas em um curso de tiro ou uma visita a uma fábrica de armamento não acrescentam nada à formação de um educador que se especializa em segurança. Ou teria alguma utilidade? Uma questão a se pensar.



Gravura representando ambiente escolar fechado. Fonte: Freepik

Outro exemplo, na área da secretaria escolar: de que adiantaria o estudante visitar uma instituição em que todos os registros e controles fossem informatizados, estivessem inseridos em sistemas computadorizados, se os índices de reprovação e desistência dos alunos continuassem os mesmos? Quem terá lucrado com a novidade da informatização? A educação ou as empresas de computadores e de **software educativo**? Ele pode até, com esta atividade de PPS, voltar convencido a defender a mudança em sua escola, mas sem a atitude crítica para articulá-la com a melhoria da aprendizagem dos estudantes. **Na realidade, toda ação na escola deve partir de um planejamento próprio, com objetivos claros e**



Vocabulário

Software educativo – programa de computador elaborado com finalidade educativa.

diagnóstico apropriado, para que não sejamos vítimas de planos alheios aos interesses da comunidade escolar. Como se diz, quem não planeja, é planejado. Quem não decide, "é decidido"; vira "objeto" nos planos dos outros. Sempre desconfiei de vendedores de livros que batem à minha porta; sou eu quem devo ter apetite por ler, escolher os livros e ir à biblioteca ou livraria para lê-los ou comprá-los. O mesmo se aplica às atividades da PPS: temos que planejá-las para não sermos "encantados" pelos modismos de empresas "inovadoras". Se o problema diagnosticado é a falta de aprendizagem que leva a índices indesejáveis de repetência, a solução não está em informatizar a secretaria, mas em descobrir – professores, gestores e funcionários – onde estão os gargalos do ensino e da aprendizagem e encontrar estratégias para superá-los. Isso inclui ações, inclusive dos que trabalham na secretaria escolar, com a convocação de pais e mães para conscientizá-los sobre o baixo desempenho dos filhos e conversar com eles sobre as medidas a serem tomadas.

Para o tutor (ou tutores) e o/a funcionário(a)/estudante escolherem atividades para a PPS, além das sugestões dos Práticos nos Cadernos e da leitura dos perfis nas OG, é fundamental que se tome como base as atuais rotinas do cursista em sua escola, para se verificar como confirmá-las, aperfeiçoá-las e superá-las – seja pela sugestão de sua supressão, seja pela substituição por atividades mais apropriadas pedagógica e tecnicamente.

Poderá acontecer, inclusive, que algumas ações dos funcionários e das funcionárias não sejam contempladas pelas atuais disciplinas das matrizes curriculares dos cursos. Um caso emblemático é o referente aos conhecimentos, habilidades e atitudes dos motoristas de ônibus e barcos escolares – que hoje não têm respaldo nas disciplinas do curso de Infraestrutura Escolar, em que são usualmente enquadrados na tentativa de sua profissionalização. Enquanto não se cria o curso Técnico em Transporte de Escolares, a instituição ofertante – IF ou outra no âmbito estadual – poderá usar das 120 horas de Parte Diversificada ou mesmo adicionar disciplinas acima das 1.500 horas mínimas do curso. O importante é que a PPS incorpore e desenvolva as práticas do cotidiano do funcionário em sua escola ou em seu ambiente de trabalho no sistema de ensino.

Como dito anteriormente, é essencial que a maior parte das atividades da PPS seja na escola onde atuam os cursistas. Entretanto, não se devem "aproveitar" cargas horárias anteriores ao curso como componentes da PPS, pelas duas razões já apontadas: a prática é supervisionada e precisa significar uma transformação.

O passado do estudante está fora do controle e de avaliação supervisora; e mesmo que resgatadas em relatório, as possíveis transformações oriundas de momentos anteriores não estariam respaldadas por uma comprovação material que pudesse redundar em avaliação do estudante e do curso.

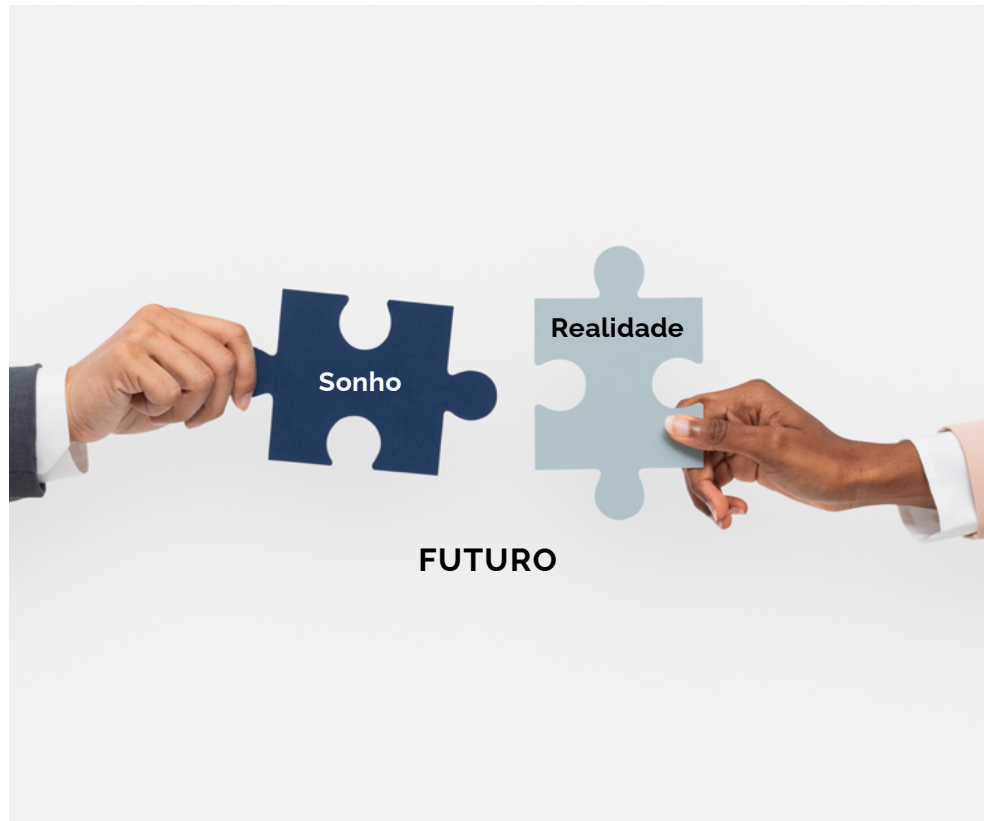


Gravura representando funcionária de escola junto a arquivo. Fonte: Freepik

Finalmente, quando dizemos que a escola de atuação do funcionário/a é o ambiente central para sua PPS, não estamos excluindo a possibilidade de atividades em outros locais. Visitas e até mesmo envolvimento em ações em outras instituições podem funcionar perfeitamente como “choques” positivos para o/a funcionário/a superar costumes ultrapassados ou para assimilar novas técnicas de trabalho de maneira motivada e inteligente. Visitas a cozinhas industriais, a bibliotecas universitárias, a prédios modernos de escolas públicas e privadas, devidamente orientadas e sujeitas a reflexão crítica, são perfeitamente bem-vindas.

O que precisa ficar claro é a centralidade da PPS na escola ou no órgão público de atuação do cursista. Uma PPS que não levasse à transformação das atitudes, habilidades e valores, ou seja, das competências dos futuros técnicos em educação, teria falhado em seu objetivo. Para tanto, uma atividade em ambiente externo pode ser o elemento desencadeador das mudanças, um fator de “credibilidade” de certas propostas que em um primeiro momento podem parecer utópicas ou impossíveis.

Na perspectiva da educação, e principalmente da educação democrática, pelo seu caráter de projeto de vida e de sociedade melhores, nada é impossível antes que se prove o contrário. E nenhum insucesso na linha da transformação será frustrante, pois o futuro é sempre um combinado entre sonho e realidade.



Representação visual da articulação sonho-realidade-futuro. Fonte: Freepik



Pratique

Organize uma visita de um grupo de funcionários a uma escola onde você ouviu falar de uma novidade que está dando certo, seja no PPP, seja nas condições materiais da vida escolar – se possível, ligadas ao campo específico de seu curso. Realizada a visita, façam uma conversa sobre o que viram, ouviram e pensaram. Registre em seu Memorial.



6

Planejamento da PPS



Planejamento da PPS

De forma bem esquemática, expomos as fases de planejamento das PPS.

1. Planejamento inicial na distribuição das ofertas de cursos

Cabe à Coordenação Estadual do Profuncionário, tendo em vista as demandas explícitas das redes federal, estadual, distrital e municipal, ordenar e distribuir a oferta dos cursos, tanto pelos IFs do território (com seus polos de EaD) quanto pelas instituições estaduais – seja no âmbito da respectiva Secretaria de Educação, seja por meio da Secretaria de Ciência e Tecnologia, que em vários estados assume a educação profissional e a EaD. Cumpre registrar que, quanto mais os funcionários da mesma escola estiverem concentrados em polos e cursos do IF (ou de cada IF, no caso de estados com mais de um) e das instituições estaduais, mais fácil será organizar a PPS e sua supervisão presencial.

2. Planejamento dos cursos na instituição

O IF ou instituição estadual ofertante deverá elaborar seu Plano de Curso para autorização pelo colegiado competente (Conselho Superior do IF e Conselho Estadual de Educação, respectivamente). No Plano de Curso, deve ficar claro o formato do desenvolvimento da PPS, tanto o que é de responsabilidade da instituição quanto o que deve ser solicitado dos/as funcionários(as)/estudantes. Os cursos são gratuitos e financiados em regime de colaboração pelo MEC e pelas instituições demandantes (secretarias estaduais, do Distrito Federal e municipais de educação ou de ciência e tecnologia). Assim, despesas com deslocamento de tutores que supervisionam a PPS e com os estudantes em atividades externas a seu local de trabalho devem ser previstas e distribuídas pelos órgãos financiadores. Aos próprios estudantes podem caber pequenos gastos que não comprometam seus orçamentos familiares e não causem uma possível evasão. O mesmo se aplica ao tempo extra dos estudantes em atividades da PPS fora de seus locais de trabalho que entre em conflito com deveres profissionais e familiares. Deve-se aliar previsão e gestão democrática em decisões que impliquem mudanças no Plano de Curso e nos deveres profissionais dos cursistas.

3. Planejamento das atividades pessoais e grupais da PPS

Cabe ao tutor presencial, em diálogo com os/as funcionários(as)/estudantes ou com um grupo deles, planejar as atividades que comporão a carga horária da PPS. Facilitará a supervisão e avaliação organizar as turmas (o recomendável é entre 20 e 25 estudantes) com funcionários que trabalham nas mesmas escolas (entre quatro e seis escolas por turma). Outra alternativa é distribuir até 100 horas da PPS num projeto unificado, para o qual oferecemos diversas sugestões ao final desta Unidade. Para o planejamento das atividades, leve em conta as sugestões dos Práticos (sempre sugestão, nunca atividade obrigatória) e as rotinas de trabalho dos estudantes, principalmente as que devem ser transformadas, profissionalizadas, tornadas eficientes e eficazes. Recomenda-se que o planejamento seja feito com pelo menos 15 dias de antecedência do momento a ser realizado; se possível, em conversa nos encontros presenciais, ou na interação pelo AVA. Na última Unidade, trataremos da supervisão e da avaliação.

4. Planejamento de projetos coletivos

Várias instituições estaduais e alguns IFs têm experimentado instituir projetos de PPS, geralmente de grupos de estudantes, localizados no espaço de uma das escolas ou ao alcance dos respectivos PPPs. É uma solução criativa para potencializar e valorizar a PPS como um acontecimento transformador da realidade e das pessoas. O projeto, no entanto, não deve ocupar toda a carga horária da PPS, sob pena de significar uma “renúncia” diante do desafio da transformação do cotidiano do trabalho de cada funcionário/a. Não se exclui, também, a realização de projeto individual. Em todos os casos, deve haver um planejamento anterior, não somente com o tutor presencial, mas também com os gestores e profissionais da educação que estarão envolvidos. A melhor regra para se escolher o objetivo e o tipo de projeto é sua relação com o PPP e com o Plano Municipal de Educação, para se garantir a continuidade das transformações que ele vier a implantar. É necessário dizer que tanto as bases legais devem ser respeitadas quanto os recursos financeiros devem ser previstos, para não ocorrer uma interrupção do projeto, que comprometeria seus efeitos e o próprio caráter da PPS. Num projeto, usando uma alegoria simples, estamos plantando uma árvore que deverá produzir folhas, sombra e frutos; nunca se deve perder tempo “regando um pau seco”, como se dizia. Em outras palavras, o projeto incluído numa PPS deve ser produtivo e transformador, não somente um exercício comprovado por relato de horas e horas de atividades.

SUGESTÕES DE PROJETOS

Enumeramos a seguir várias sugestões de projetos que podem ser realizados com a dedicação de no mínimo 30 e no máximo 50 horas da PPS, dependendo de sua complexidade e do número de componentes do grupo.

A Para todos os cursos

- **Recenseamento da população escolar** - As escolas públicas, depois que se constituíram as redes e os sistemas estaduais e municipais de ensino, passaram a ser instituições preocupadas, quase exclusivamente, com a oferta de seus cursos. Dá-se como “fato externo e incontrolável” a sua própria razão de ser, que são seus “potenciais estudantes”, sujeitos de direitos cada vez mais amplos. Até 1971, somente o ensino primário de quatro anos era obrigatório; atualmente, a Constituição e a LDB garantem uma dupla obrigatoriedade. As famílias são obrigadas a matricular as crianças e adolescentes de quatro a dezessete anos na educação básica; para tanto, municípios, Distrito Federal (DF) e estados, na esfera de sua competência, devem garantir vagas na educação infantil, ensino fundamental e ensino médio a todos e todas, independente da procura. Além disso, os brasileiros e brasileiras de 18 anos ou mais, que não concluíram o ensino médio, têm direito a vaga na série apropriada, em cursos de ensino fundamental e médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, a ser oferecida gratuitamente por escolas federais, estaduais e municipais. Finalmente, pelo inciso XXV do art. 7º da Constituição Federal, “é direito dos trabalhadores urbanos e rurais a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até os cinco anos de idade em creches e pré-escolas”.

Como garantir o uso desses direitos? Como localizar essas crianças, adolescentes, jovens e adultos? A resposta atual está no art. 5º da LDB: “o poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica”.

E como operacionalizar esse recenseamento? Independentemente de soluções mais sofisticadas, a cargo do IBGE e outras instituições, sugerimos aqui o que já tem sido proposto em textos, palestras e seminários: a realização de um **minicenso**, agora anual, por força da Lei, a cargo dos gestores mais próximos da realidade geográfica das escolas: os funcionários da educação.

Dividida a cidade ou a zona rural em setores educacionais – naturalmente em volta de uma escola pública, em especial de educação infantil e ensino fundamental – nunca ultrapassando um total de mais de mil residências, os/as funcionários/as de todas as áreas, orientados pelos gestores e professores e liderados pelos atuais ou futuros técnicos em secretaria escolar, se organizarão em duplas (inclusive com estudantes de doze anos em diante) para visitar todas as casas, apartamentos e outras residências para aplicar um questionário de identificação e chamada dos potenciais estudantes. As Secretarias Municipais de Educação poderão adotar uma planilha, a ser preenchida com informações básicas dadas pelo responsável da moradia, a ser visitada em dia e horário adequados, que garantam o direito subjetivo à educação básica.

Esse trabalho deve ser coordenado pela Secretaria Municipal de Educação, que será responsável não somente pela divisão de seu território nos “setores educacionais” como também pelo cronograma de visitas e pela tabulação e interpretação dos dados. Não se trata, contudo, de um trabalho só da rede municipal: os setores podem ser sediados por escolas federais, estaduais, distritais e municipais, e o processo deve estar integrado à elaboração e execução do Plano Municipal de Educação, previsto na Lei nº 13.005, de 2014.

As novidades neste assunto são duas: primeiro, que esse “minicenso”, de caráter universal, tornou-se obrigação legal e se deve fazer anualmente; segundo, que estamos propondo que o essencial dessa tarefa, que é a coleta de dados (infelizmente delegada a outros atores e até mesmo terceirizada sob forma de amostragem) ser confiada aos educadores mais identificados com a comunidade servida pela escola. Tanto em países estrangeiros quanto no Brasil, a maioria dos professores das escolas não reside em suas proximidades, enquanto seus funcionários lhes são vizinhos – o que facilita demais a realização e o sucesso do recenseamento.

Embora se sugira aqui a participação dos/as funcionários/as na realização do recenseamento domiciliar, nada impede que professores dediquem tempo de sua jornada, não destinada à interação direta com os seus estudantes, às visitas no setor ao qual a escola pertence, inclusive envolvendo alunos a partir de doze anos de idade.

Sem o recenseamento anual, é impossível planejar a oferta da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio em suas várias modalidades. Só com ele ficamos sabendo das famílias que precisam e querem creches para seus filhos; das crianças e jovens que têm diferentes deficiências; dos adolescentes que desejam o ensino médio profissional; dos adultos que não concluíram a educação básica (quase 70 milhões no Brasil, conforme dados coletados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2023 (PNAD)) e que gostariam de ter a EJA perto de suas casas.

A sugestão do projeto do recenseamento, embora por si só já possa ser uma legítima atividade da PPS dos funcionários, com imediata repercussão no planejamento e no PPP de cada escola, é um convite às autoridades educacionais dos municípios para contar com um exército de **quase dois milhões** (Brasil. Inep, 2022c) de não docentes que trabalham nas escolas públicas brasileiras e que podem ter uma oportunidade de enriquecer sua formação e qualificar a oferta do ensino, adequando-a às necessidades da população, que serão muito mais conhecidas e localizadas pelo Recenseamento Escolar.



Pratique

Organize uma visita de um grupo de funcionários a uma escola onde você ouviu falar de uma novidade que está dando certo, seja no PPP, seja nas condições materiais da vida escolar – se possível, ligadas ao campo específico de seu curso. Realizada a visita, façam uma conversa sobre o que viram, ouviram e pensaram. Registre em seu Memorial.

Modelo de Ficha para Recenseamento Anual

Ficha nº - Setor - Endereço: R. Pedro I, 334 – Vila Bueno –
Silvânia, GO – Data: 20/12/24

Nº	Nome	Nascimento	Série Concluída	Matrícula Atual	Escola e Turno	Deficiente?	Quer creche? Turno?	Quer EJA, EP, ES?	Horário de Trabalho	Renda
1	João	06-70 MG	12			Renda				
2	Flávia	12-73 MG	13					Não	M-T	5 SM
3	Pedro	01-94 GO	07					ES, Noturno	M	2 SM
4	Livia	03-95 GO	12					EJA Noturno	M-T	1 SM
5	Paulo	03-00 GO	09	1 - EM	03 - M			ES, Diurno		
6	André	28-11 S	-	Não						
7						Surdez	Sim - Integral			
8										

OBSERVAÇÕES

Número: passando de oito residentes, ampliar linhas da ficha.

Nome: basta o primeiro nome, pela ordem de data de nascimento.

Nascimento: mês, ano, estado. Se na própria cidade, letra inicial.

Série concluída: de 1 a 22, sendo 1 o primeiro ano ou alfabetizado, 5 o quinto ano ou primário completo, 9 o nono ano ou Fundamental (Ginásio) completo, 12 o terceiro ano do Médio, 16 a graduação completa, 18 o mestrado, 22 o doutorado, ou anos intercalados das etapas.

Matrícula atual: creche, pré, depois 1 a 9 EF, 1 a 3 EM, 1 a 5 GR, 1-2 M, 1-4 D.

Escola e Turno: número da escola segundo lista do município + M, T ou N.

Quer creche: perguntar à mãe/ao pai se, havendo vaga gratuita perto de casa, Sim ou Não e Turno M, T ou Integral.

Quer EJA, EP, ES: EJA, Curso Profissional, Curso Superior - Diurno ou Noturno.

Horário de Trabalho: Manhã (M), Tarde (T) e Noite (N).

Renda: informada com boa vontade em reais, arredondar em salários mínimos.

Levantamento da demanda por cursos do Profucionário no município. junto aos funcionários que atuam nas escolas, federais, estaduais, distritais e municipais, discriminando funções, regimes de trabalho, escolaridade, tempo de serviço, idade etc. Culminar em uma sessão pública com exposição oral e em painéis com os resultados. Usar questionários e entrevistas, de forma a obter resultados como: total de funcionários pelas várias características, aptos para cursar o ensino profissional subsequente ou concomitante, e número dos que se manifestaram por iniciar imediatamente o seu curso.



Imagem representando entrevista de funcionários da educação. Fonte: Freepik

Recenseamento da clientela escolar (§ 1º do art. 5º da LDB) relativo a um setor da zona urbana do município. Coleta de dados e tabulação simples. Visitar casa por casa, obtendo a listagem nominal dos residentes com dados pessoais (idade, naturalidade, se é PcD, situação laboral, faixa de renda etc.) e dados educacionais (escolaridade, se está matriculado e, em caso positivo, em qual escola e turno, se faz parte da faixa etária obrigatória – de 4 a 17 anos; sendo jovem e adulto e não estando matriculado, se gostaria de frequentar a EJA, educação profissional e/ou superior). Este projeto pode estar integrado ao Diagnóstico da Demanda do Plano Municipal e Estadual de Educação e requer a ajuda de um técnico em estatística para delimitar o setor, planejar a coleta, orientar as escolhas de variáveis para tabulação e como o projeto e seus dados seriam expostos.

História do município



Estudante com livro sobre a história do município. Fonte: Freepik

Se realizado em grupo, com orientação do tutor e de um professor de História, pode resultar em um livro didático para uso no ano final do ensino fundamental. O essencial do projeto, entretanto, deve ser que os funcionários(as)/estudantes busquem fontes primárias e secundárias em arquivos, igrejas, repartições públicas, dissertações e teses sobre a história do município. Sendo um município antigo, pode-se concentrar num período (Império, Primeira República, de 1930 a 2010) ou num tema: economia, política, administração, educação, saúde, saneamento e/ou segurança. Se o foco do projeto não for a publicação de um livro, com noite de autógrafos, pode ser uma exposição de painéis com reprodução de fotos, fragmentos de documentos, vídeos ou gravações de testemunhos orais. Problemas de financiamento poderão ser resolvidos com recursos da Câmara Municipal, de universidades, dos IFs ou até mesmo da própria escola.

História da escola (ou de mais de uma escola do bairro ou cidade) - O Projeto de História da Escola pode parecer tarefa

somente do curso de Secretaria Escolar, mas não deve ser. Mais do que uma busca de documentos burocráticos dos arquivos da secretaria, pode ser um exercício de entrevistas com antigos diretores, professores, funcionários e estudantes egressos, para se resgatarem olhares diferenciados e testemunhos mais concretos e convincentes da história oral. Dependendo do número de participantes e das horas dedicadas à pesquisa neste projeto, podem-se organizar mostras, com palestras, exposições, projeção de vídeos e até produção de artigos para jornais e revistas. O importante é o resgate da história da escola articulado com os temas dos Cadernos Pedagógicos, principalmente com o da História da Educação.



Estudantes em frente a uma escola. Fonte: Freepik

Partidos políticos no município e seus programas educacionais - A questão de política partidária é um

tabu nas escolas brasileiras, como se este assunto não pertencesse ao currículo e não fosse parte da educação para a cidadania. Um projeto reunindo um grupo de funcionários de uma mesma escola ou de escolas distintas (mas não passando de seis, para viabilizar a supervisão) pode partir de uma pesquisa de estatutos partidários, de seus programas educacionais (na última eleição, por exemplo), de composição dos diretórios, de figuras históricas de cada partido, de atuação de seus vereadores

na Câmara Municipal e culminar com uma sessão em auditório de escola ou na própria Casa Legislativa para a apresentação e discussão preliminar de projetos na área educacional.

Ou de exame das contas públicas – orçamento e balanço, principalmente dos recursos de manutenção e desenvolvimento do ensino, para o que seria recomendável a participação dos conselheiros do Fundeb, tanto na fase de pesquisa quanto na **culminância**.



Vocabulário

Culminância – Ação ou efeito de culminar, de chegar ao auge, ao ponto mais alto de algo.



Estudantes jogando futebol. Fonte: Freepik

Oportunidades de esportes para adolescentes, jovens e adultos na cidade - Essa é uma temática atual, principalmente se alguns funcionários trabalharem em escolas de tempo integral. O projeto, planejado pelo tutor e funcionários(as)/estudantes em contato com a Secretaria Municipal de Esportes, poderá envolver a organização de campeonatos de futebol, vôlei, basquete, handebol, natação e outras atividades de atletismo no âmbito da escola ou de dimensão interescolar.

Dependendo da duração do projeto e das horas a ele destinadas, poderá comportar atividades como o recrutamento dos atletas, patrocínio dos jogos, treinamento das equipes, e serem desenvolvidos em projetos sucessivos, envolvendo mais grupos de estagiários e criando verdadeiros calendários esportivos permanentes nas escolas dos municípios, principalmente de nível médio. Esses jogos poderão ser realizados em ginásios cobertos em períodos noturnos, tornando-se até atração para a presença de familiares e da população em geral. Tudo a ver com a orientação de professores de educação física e a articulação com equipes profissionais de vários esportes, principalmente no que diz respeito a atividades com alunos da EJA, tanto municipal quanto estadual.



Vocabulário

Ecumênico – Que reúne pessoas com diferentes ideias, crenças, perspectivas.

Fonte: Dicionário Online de Português

Religiões presentes na comunidade - Outro tabu na educação é o tratamento das religiões no currículo escolar. Independentemente do PPP de cada sistema de ensino e de cada escola, os funcionários têm, cada um, sua orientação religiosa, e na comunidade estão presentes várias denominações, cristãs, na sua maioria, mas também não cristãs, como as de matriz africana e indígena, e as islâmicas, além das orientais, mais raras. É muito importante cultivar o respeito e a liberdade religiosa. Para isso, um projeto de pesquisa, tanto documental, histórico, como factual, por meio de visitas a cultos e entrevistas com líderes religiosos, poderá ser feito por funcionários(as)/estudantes e culminar num ato **ecumênico**, na escola ou num ambiente devidamente escolhido em consenso pelos participantes.

Deficiências físicas e mentais e suas superações na comunidade

- Uma das maiores conquistas da educação brasileira – principalmente da pública – é a inclusão de pessoas com deficiências, PcDs, desde a mais tenra idade, em escolas regulares ou de atenção especializada. Em cada cidade, essa política tem uma história, baseada, inclusive, na maior ou menor incidência dos casos de deficiência, que costumavam antes ser escondidos. Um projeto envolvendo essa população, no trabalho de funcionários, não irá focar as didáticas e metodologias que desenvolvem suas aprendizagens – matéria dos professores – **mas o diagnóstico da situação no bairro e no município, as políticas de atenção às demandas, os resultados entregues às PcDs e para a vida comum.** É um trabalho de pesquisa que interessa a todos os educadores e que pode terminar num evento adequado às suas conclusões. Mais que em outros casos, o projeto deve ser executado em grupo, embora não necessariamente integrado por estudantes que trabalhem na mesma escola.



Ilustração estilizada apresenta estudantes e professora em sala. Fonte: Freepik

História do Conselho Municipal e biografia dos conselheiros atuais

- Os Conselhos Municipais de Educação (CME) são relativamente recentes no Brasil. Com a nova LDB, de 1996, e a possibilidade de constituição de sistemas de ensino municipais autônomos, o número de CMEs aumentou significativamente. "Dos 5.570 municípios brasileiros, estima-se que em quase todos eles estejam constituídos Conselhos Municipais de Educação - reunidos nas seções estaduais da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME). Nem todos, porém, funcionam satisfatoriamente, velando pela qualidade da educação e da aprendizagem das crianças, adolescentes, jovens e adultos de suas escolas. Um projeto interessante em que os funcionários podem se engajar é divulgar a existência e o trabalho dos CME e de seus conselheiros. Nos conselhos mais democráticos, existem representações explícitas do segmento dos funcionários da rede municipal de ensino.

História da Secretaria de Educação e biografia dos secretários

- Projeto semelhante ao anterior, pode ser realizado em relação à Secretaria Municipal de Educação (SME) ou à Agência Regional da Secretaria Estadual de Educação (Superintendência, Delegacia, Divisão, Diretoria, Subsecretaria etc.), caso o município seja centro regional na organização estadual da educação. A diferença é que as biografias não se referem a diversos gestores atuais, mas aos titulares da SME (ou do órgão regional). Tal projeto permite que os funcionários mergulhem na própria história da educação do município, vista pelo ângulo da gestão descentralizada. A maioria das SMEs foi organizada a partir de 1961, e em alguns estados, elas ainda têm nomes distintos, como Departamentos, Divisões etc.

O importante aqui é dar publicidade à história da educação municipal, a seus líderes e a suas principais políticas em termos de ações e realizações, que ficam transparentes nas biografias. A culminância do projeto pode ocorrer na forma de exposição de murais e *banners* ou de seminário com palestras e apresentações de vídeos produzidos pelos estudantes.

Ações dos conselhos ligados à educação: CME, CAE, Conselho Tutelar, Fundeb

- Se os projetos anteriores se concentram mais em pesquisas históricas, este aborda ações de política educacional e social contemporâneas que estão ocorrendo no presente. Embora digamos que essas ações ocorram, frequentemente esses colegiados têm atribuições previstas na lei e nos seus regimentos, mas não as praticam. Essa "contradição" entre intenções e realidade é o ponto central deste projeto, que visa ampliar a visão dos funcionários como educadores e gestores que são, conforme a concepção comum a todos os profissionais da educação, expressa no Caderno 1 (Funcionários de escolas). O projeto deve focar em um desses conselhos – não mais – e pesquisar tanto os documentos normativos (leis de criação e regimentos) quanto as ações propriamente ditas: como o conselho focado tem contribuído para a efetivação das políticas educacionais e sociais. Uma das atividades do projeto será, obrigatoriamente, a participação dos funcionários em reuniões do colegiado em questão, que são, por definição, abertas ao público. Mas, por medida de precaução, será necessário um entendimento prévio para tal presença não parecer (e não ser de fato) invasiva. O objetivo principal da atividade do funcionário(a)/estudante nas reuniões será ouvir com atenção para captar dados visando uma ação pública de culminância do Projeto.

Como chegar a 10% do Produto Interno Bruto (PIB) em educação no município

- Dentre as sugestões de projeto correspondente ao Núcleo de Disciplinas Pedagógicas, este talvez seja o mais importante, mas o de mais complexa e difícil realização. Na realidade, ele significa um dos possíveis projetos de integração da categoria dos funcionários ao Plano Municipal de Educação (PME) – que se distribuem entre suas metas, calcadas nas vinte do PNE (Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005, de 2014).

Qualquer expansão do atendimento escolar na rede municipal (principalmente creche ou EJA) e melhoria de sua qualidade (em especial pela implantação da jornada integral nas escolas e pelo aperfeiçoamento da formação dos profissionais da educação) exigem mais investimentos financeiros, mais arrecadação de tributos, para se chegar a 10% do PIB do município.



Saiba Mais

O **Programa Mais Educação** esteve ativo entre 2008 e 2016, tendo sido um programa para promover a educação integral e ampliar o tempo de permanência dos alunos na escola.

Para saber mais, acesse o QR Code abaixo.



Qual é o PIB do seu município? Muitas vezes nem o prefeito, nem o secretário de finanças, nem o secretário de educação, estão informados sobre esse valor. Se não sabemos que o PIB do Brasil em 2024 foi de R\$5 trilhões, não podemos deduzir que 10% do PIB brasileiro somaram R\$500 bilhões; e se concluímos 2024 investindo R\$250 bilhões em educação, isso teria representado 5% do PIB. E então? Quais são esses valores no seu município? Há informações dos PIB municipais no sítio do IBGE, geralmente com dois anos de diferença. Mas, quem detém os valores dos investimentos em educação, somados os do governo municipal, estadual e federal no seu município? Esse é o objetivo do projeto: envolver os funcionários(as)/estudantes numa investigação junto às fontes qualificadas para tal e depois divulgá-las de forma inteligente, compreensível e pública. Novamente, com projeto dessa natureza, os/as funcionários/as são convidados a colocar em ação seu caráter de gestores e gestoras da educação pública. Bom desafio, não é? Inclusive para uma ação cooperativa não somente dos tutores, mas dos professores de Ciências Sociais e de Matemática.

B Para os cursos de alimentação escolar



Horta escolar do município de Itapevi/SP. Fonte: Prefeitura de Itapevi

Horta escolar - Este é um projeto bastante comum em escolas, independentemente de cursos do Profuncionário. Muitas vezes já se incorporou na vida escolar, em articulação ou não com programas governamentais, inclusive do **Mais Educação**. Nossa sugestão vale mais para escolas onde não existe atualmente uma horta. O projeto está ligado ao curso de Técnico em Alimentação Escolar, em razão de a

horta ser fonte de muitas folhas, raízes, frutos e até flores que se prestam a variados cardápios saudáveis, a exemplo de sopas, saladas e legumes com diferentes temperos – também cultivados em hortas. Duas observações: não é imprescindível a existência de terreno apropriado para a horta contígua ao prédio escolar, sendo possível a ocupação de espaços amplos e mais adequados disponíveis na comunidade; não é necessária a assistência técnica ou a presença permanente de alguém especializado em **olericultura**. O trabalho de implantação, sementeira, tratos culturais e colheita de hortaliças requer somente conhecimentos básicos e visita prévia dos funcionários estudantes a uma horta comercial de sucesso e a adesão de alunos e alunas da escola a essa ideia tão gostosa, fácil e rendosa.



Vocabulário

Olericultura – Área da horticultura que abrange a exploração e produção de vegetais para consumo alimentar, como verduras, legumes, tubérculos, especiarias, dentre outras, como a cultura de café e cana-de-açúcar. Visa o cultivo sustentável e rotativo de culturas vegetais.

Central de compras da agricultura familiar - Este é um projeto mais complexo, que decorre de dispositivos legais recentes, do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O art. 14 da Lei nº 11.947, de 2009, diz que no mínimo 30% dos recursos financeiros do PNAE devem ser gastos com aquisição de alimentos da agricultura familiar, de empreendedores familiares, de assentamentos de reforma agrária, de comunidades indígenas e quilombolas. Ou seja, para garantir uma merenda saudável, seus cardápios devem priorizar produtos naturais, sem menosprezar a indústria alimentícia. O problema é que o normal era o contrário: leite em pó, achocolatado, bolachas, arroz, feijão, frango, almôndegas e macarrão de grandes empresas. É preciso organizar uma central de compras para viabilizar o fornecimento dos pequenos e a aquisição legal das escolas. Um desafio para os agentes de alimentação escolar, para as nutricionistas das prefeituras, para os conselhos municipais de alimentação escolar e para os gestores. O projeto se resume a planejar e executar todos os passos da implantação e funcionamento de uma central de compras, articulando escolas e produtores.



Saiba Mais

Progressistas indica governos locais que adotam uma abordagem moderna e avançada para o desenvolvimento urbano e a gestão pública, incentivando a colaboração entre o governo e a sociedade civil para melhorar os espaços públicos e a qualidade de vida da população.

Escola adota praça ou jardim público - Não é raro que administrações municipais **progressistas** façam trabalhos comunitários articulando a conservação de praças e jardins com o trabalho de estudantes ou outros setores de "voluntários" da sociedade local. Já o movimento contrário – de uma escola procurar a administração central ou regional de uma cidade para adotar um espaço urbano de cultura e lazer – não é comum, em virtude daquela visão estreita do espaço escolar limitado por seus muros. A vida escolar precisa transbordar. A ideia central é a seguinte: um grupo de funcionários(as)/estudantes, sob supervisão de um tutor do Profuncionário, propõe e executa um projeto de adoção de praça ou jardim público com três características principais: o plantio de árvores, o cultivo de jardins e a instalação de um quiosque com alimentos saudáveis, com variedade regional. Guiados por um servidor da prefeitura, que expõe o planejamento espacial, convence grupos de alunos a cultivarem canteiros e a plantarem vegetais, e instalam um espaço de alimentação saudável a preços populares, com funcionamento em horários alternativos, envolvendo estudantes-aprendizes com mais de 14 anos e outras pessoas, em sistema cooperativo. Este projeto só deve iniciar se garantida sua continuidade no PPP da escola – sob pena de não ser educativo.

Festival de cardápios regionais - Embora os cardápios das escolas devam contemplar a variedade de culturas regionais no seu planejamento anual, é recomendável que os alunos e suas famílias tenham a oportunidade de saborear a riqueza dos pratos do Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste do Brasil. Assim como se faz uma festa junina com tanto sucesso, para perpetuar tradições e socializar as famílias, com cardápios à base de milho; assim como se fazem festivais de sorvete, inclusive para angariar fundos para a escola, pode-se organizar um festival de cardápios regionais. Um projeto, nesse sentido, precisa definir se o evento será um festival de uma ou várias regiões. As primeiras atividades serão de levantamento dos quitutes; as seguintes serão de experimentos, para testar e apurar a qualidade das receitas; e a atividade final será a preparação e execução do festival, nas dependências da escola ou em outro local adequado, desde que ele seja

identificado como um ato educativo, de responsabilidade dos estudantes do Profuncionário. Além de tudo, esse nome vai sendo massificado e internalizado na cultura do município.

Da subnutrição à obesidade: o papel da escola na educação alimentar

- No início, em 1946, a merenda escolar servia para combater a subnutrição de crianças e adolescentes, que cada vez mais tinham acesso às escolas públicas. Mas o Brasil mudou. Hoje, embora não tenhamos erradicado a fome e a subnutrição, a merenda (ou demais refeições nas escolas de jornada integral) como forma de educação alimentar visa mais a impedir a obesidade e outras distorções por excesso ou ingestão inadequada de nutrientes do que a evitar a subnutrição e anemia. Água com flúor, sal com iodo e variedade de cardápios, inclusive oriundos de produtos recém-colhidos da agricultura local, dão espaço a um projeto de pesquisa histórica, para registrar as mudanças nas escolas, e de pesquisa nutricional, que podem culminar com uma exposição não só para os estudantes, mas para todo o bairro ou cidade.

Pesquisa de cardápios na história da cidade

- Cada família, cada cidade tem uma rica história de como o povo se alimentava. Recentemente, somos testemunhas das mudanças advindas da industrialização de alimentos e da imposição do comércio de novos alimentos. Hot dogs, popcorns, hambúrgueres, pizzas, crepes, churros não só passaram a ser consumidos como entraram em nosso vocabulário. Ora, um grupo de funcionários(as)/estudantes pode fazer uma pesquisa por meio de entrevistas orais, a começar na própria família, para registrar os hábitos alimentares dos últimos 60 anos. A pesquisa pode-se estender à leitura de romances regionais, cobrindo os últimos 200 anos. Para esta segunda parte, é imprescindível a assessoria dos professores de português, que dominam a literatura brasileira e regional. O projeto pode culminar com duas atividades: uma exposição dos achados da pesquisa e uma grande refeição, que resgate pratos que talvez tenham até saído da cozinha e do gosto popular, mas que podem voltar e nos dar água na boca.

Integração de restaurantes e escolas (cidades com mais de 50 mil habitantes)

- Este projeto é um esforço de reunir possíveis visitas esporádicas a restaurantes da cidade em um esforço coletivo. Todos sabemos que a ciência da gastronomia evoluiu muito e que milhares de cardápios são oferecidos nos nossos restaurantes, principalmente nos frequentados por cidadãos mais abastados. Não queremos dizer que comida gostosa é coisa de "granfino", de quem pode pagar por coisas caras e sofisticadas. A gostosura é democrática. Mas a variedade de cardápios, nem tanto. E essa riqueza internacional da culinária não pode ser negada aos nossos funcionários(as)/estudantes, destinados a serem técnicos em alimentação escolar – como se o "escolar" limitasse seus conhecimentos e suas competências. Assim, podem-se convidar cinco, dez, até quinze restaurantes da cidade para um programa de atividades integradoras, não somente de visitas, mas principalmente de contribuições criativas dos seus "chefs", nutricionistas e cozinheiros para enriquecer a variedade de cardápios escolares. Poderia haver atividades semanais ou quinzenais nas escolas, com preparo e consumação de novos pratos, para "refinar" – no sentido formativo – o paladar e o gosto dos alunos. É como se eles fossem a uma excursão em um estado do Brasil ou em um país e fossem expostos a novos padrões de alimentação. Uma das variantes deverá ser a da alimentação vegetariana ou vegana, presentes cada vez mais nas cidades brasileiras. Este projeto é mais facilmente realizável em cidades maiores, mas nada impede que funcionários de cidades menores se integrem a grupos de municípios vizinhos de maior porte.

Integração entre nutricionistas e técnicos em alimentação escolar

- Tocamos aqui em um ponto muito sensível. Os técnicos e técnicas em alimentação escolar são uma profissão nova, que surge pela evolução tecnológica e pelo progresso cultural das tradicionais merendeiras. É bem provável que, em um futuro próximo, ficarão na grata memória de todos nós. Ora, toda profissão nova, principalmente de nível médio, ocupa espaços antes reservados a quem dominasse o saber científico sobre a matéria. Havia

antes um abismo entre o pensar e o fazer. Simplificando: nutricionistas pensavam, planejavam, trabalhavam com a cabeça; as merendeiras executavam, trabalhando com as mãos, os fogões e as panelas. Essas reflexões são parte do curso técnico em alimentação escolar. Mas cabe na PPS um projeto de pesquisa na cidade para ouvir de nutricionistas e merendeiras testemunhos orais de como está ocorrendo essa transformação e ajuste de papéis. Não só: é importante pesquisar documentos, regimentos escolares, PPP de diversas épocas – desde que se iniciou a prática da merenda escolar. Como culminância do projeto, haverá um seminário de integração, com atividades derivadas das pesquisas e com a presença de palestrantes de outras cidades, visando enriquecer essa integração, que promete novos “lances” no futuro, com a possível implantação de cursos de tecnólogos em alimentação escolar ou de educação alimentar.

C Para os cursos de infraestrutura escolar

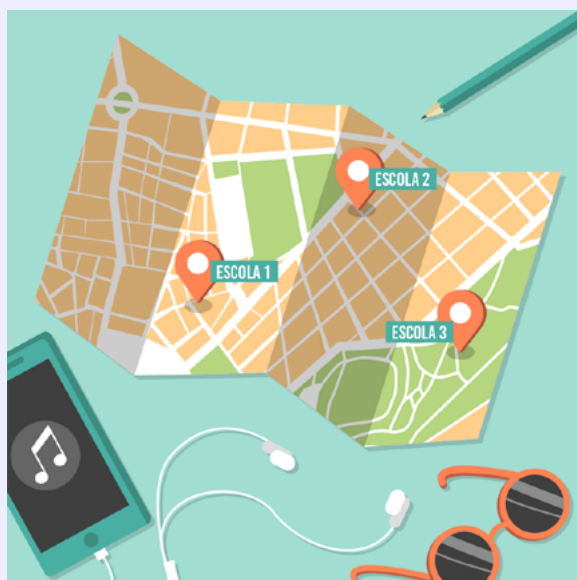


Imagem estilizada destaca mapa e acessórios. Fonte: Freepik

Mapeando as escolas do município - Este e outros projetos sugeridos para os cursistas do Técnico em Infraestrutura Escolar vão além do espaço das escolas onde trabalham os funcionários. São exercícios de gestão de sistema, dentro

da temática específica do curso. A atividade central deste projeto é construir, sob forma de mapa em papel, maquete ou planta no computador, uma espécie de “fotografia” da localização das escolas no município e em sua sede urbana, a cidade, para uso em tarefas de reforma física, manutenção e conservação, ou mesmo como ferramenta de planejamento educacional. Tanto os funcionários envolvidos quanto os que tiverem a oportunidade de ver e estudar o produto resultante da pesquisa poderão mudar sua visão espacial estreita – do local de trabalho – para um olhar sistêmico, da totalidade do município ou, pelo menos, de sua zona urbana. O projeto tem interface com a atividade mais importante da gestão municipal, que é a construção e execução do PME, a ser focado mais adiante.



Realização de coleta seletiva. Fonte: Freepik

Domando o lixo ameaçador - Uma das tarefas essenciais da educação escolar hoje é a educação ambiental. Um dos temas presentes não somente na formação pedagógica dos funcionários, mas também no núcleo de disciplinas técnicas da infraestrutura escolar, é o cuidado com o meio ambiente e o destino dos chamados “resíduos sólidos” em nosso país, estado e município. Um projeto simples, mas eficiente, é uma campanha para a redução da produção de lixo na escola e nas residências dos estudantes e profissionais da educação. O projeto pode ser composto por dois grupos de atividades: um de conscientização e diagnóstico do lixo produzido, medido, por exemplo, em quilogramas semanais (classificados em lixo orgânico e lixo

seco - ou por forma mais detalhada, educando a separar os diversos elementos recicláveis); e o outro, de atividades de campanha e de seus resultados, medidos novamente após o período previsto. Com o apoio dos professores de Ciências e Biologia, na parte inicial, podem-se promover palestras na escola e comunidade e, ao final, montar uma exposição com estandes com fotos, gravuras e outras mensagens educativas e, por que não, comemorativas.

Pintando a cidade de verde - Semelhante ao projeto de praças e jardins, este concentra-se em atividades de arborização, com árvores frutíferas nas residências e árvores e plantas ornamentais em ruas e outros logradouros. Envolve funcionários, estudantes e profissionais da educação de uma ou mais escolas, comportando visitas a hortos florestais e seus viveiros e, principalmente, o cultivo e a distribuição de mudas de flores e de árvores. É fundamental a participação não só de professores da área, mas também de profissionais da prefeitura encarregados da arborização e do manejo florestal no município. A médio prazo, podem-se armazenar fotos dos espaços urbanos antes e depois do projeto.

Construção de quadras de esporte - Embora as quadras de esporte, inclusive as cobertas, devam ser obrigatórias nas escolas, muitas delas não possuem esse equipamento ou, quando têm, não são em número suficiente para atender à demanda de alunos. No caso de disponibilidade de terreno plano (ou aplainado), um grupo de funcionários e funcionárias, juntamente com outras pessoas interessadas na escola, poderá perfeitamente, com a aprovação do conselho escolar, construir uma quadra polivalente para a prática de educação física e dos esportes a ela adequados. O projeto inclui desde a tomada de decisão até a inauguração, passando principalmente pelos serviços de construção do piso grosso, com brita, cimento e areia, e do acabamento final do contrapiso, com aspereza mínima para evitar deslizamentos e desgaste excessivo das bolas e calçados. O Caderno 12 (Técnicas de Construção),

já é um bom começo para orientar a construção, mas não se dispensa a participação de um engenheiro civil ou de um pedreiro experiente, que podem ser facilmente encontrados entre os pais dos alunos.

Construção de um prédio para biblioteca escolar e comunitária

- O original deste projeto é a concepção de biblioteca escolar que queremos sugerir. Um grupo de funcionários de escola de ensino médio, após decisão do conselho escolar e levantamento dos recursos financeiros (por exemplo, uma emenda parlamentar de deputado estadual ou federal), constrói um pequeno prédio em terreno disponível na escola, com duas frentes: uma voltada para o espaço escolar e outra para a rua ou praça em que ela se localiza. Os serviços futuros da aqui chamada "biblioteca", a ser gerida pelos técnicos em multimeios didáticos, incluirão a leitura e o empréstimo de livros e revistas, o acesso à internet em banda larga e a realização de palestras em auditório – sendo todas as dependências acessíveis para PcDs. Como se trata de uma realização de maior porte, o grupo de funcionários pode ser ampliado por colegas de outras escolas e de órgãos da educação, ou o projeto pode ser dividido em duas fases, com os trabalhos iniciais (alicerce e paredes) sendo realizados por cursistas nas primeiras 100 horas e os trabalhos finais (piso, pintura, instalações elétricas e hidráulicas) sendo conduzidos pela PPS de outro(s) grupo(s). Estima-se que, do início ao fim – havendo dinheiro suficiente em caixa – o prédio possa ser concluído em oito meses.

Mapeando os trajetos dos ônibus escolares no município

- A maioria dos municípios brasileiros é composta por uma ou mais zonas urbanas (distrito sede e outros distritos) e zonas rurais. Nas zonas rurais residem crianças e adolescentes que frequentam escolas distantes de suas residências e, portanto, são transportados por ônibus, vans e barcos. Os motoristas e mesmo os chamados "monitores" ou auxiliares que os ajudam no cuidado, principalmente das crianças (agora até de 4 e 5 anos, nas pré-escolas), quando

atuam nessas funções, têm direito de se profissionalizar. Enquanto não é ofertado um curso específico de Técnico em Transporte de Escolares, inclusive no Profucionário, eles têm frequentado o de Infraestrutura Escolar, por certa afinidade. Portanto, um projeto interessante seria um grupo de funcionários(as)/estudantes pesquisar e criar um mapa rodoviário ou aquaviário do município, mostrando a localização das residências e escolas frequentadas pelos estudantes, bem como os trajetos dos veículos, para ajudar os gestores na organização das viagens. O mapa resultante também pode ser utilizado pelos professores de geografia para ilustrar suas aulas sobre os aspectos físicos do município.



Gravura que destaca ônibus escolar e mapa urbano. Fonte: Freepik

Integração entre atores para a segurança na escola -

Um dos problemas mais recorrentes na área da educação e das escolas é o da segurança, tanto patrimonial como de possíveis atentados contra a vida. No âmbito das escolas, como expõe o Caderno 16 (Segurança na sociedade e nas escolas), além do pessoal contratado (vigias, vigilantes, porteiros e "seguranças"), são tomadas medidas para equipar o espaço escolar com muros, guaritas, câmeras

de filmagem e outros aparatos que não se têm mostrado eficazes na reconquista da antiga tranquilidade de que gozavam nossos prédios escolares. A conclusão é que a violência social acaba por afetar o espaço escolar. Uma das políticas sugeridas é a integração entre os responsáveis pela segurança da escola e as autoridades do bairro ou cidade. Um projeto possível seria programar visitas dos gestores e funcionários das escolas às delegacias da Polícia Civil, aos batalhões da Polícia Militar, aos conselhos tutelares e aos responsáveis pelo Judiciário mais próximo, para pautar o assunto e estabelecer um diálogo concreto entre a escola e os atores da segurança. O projeto teria continuidade com reuniões dos envolvidos nas pautas surgidas nas conversas, inclusive no conselho escolar. A culminância se daria numa assembleia escolar, quando todos poderiam ser expostos a *banners* e estandes que ilustrariam e divulgariam as políticas públicas de segurança e as decisões tomadas durante as visitas e a reunião do conselho escolar.

Quem ameaça a segurança do bairro? - Uma questão insistentemente agitada na mídia e nas rodas de conversa é o envolvimento de adolescentes e jovens na criminalidade. Fala-se de homicídios e outros delitos graves cometidos por "menores", que muitas vezes permanecem impunes, contribuindo para aumentar a violência. No entanto, poucos atentam que são os adultos que fornecem armamentos aos adolescentes, e poucos percebem que há uma relação estreita entre o envolvimento deles em delitos e o abandono da escola. Os funcionários que se dedicam à segurança nas escolas, além de serem formados numa concepção pedagógica do problema, podem fazer um projeto de pesquisa focado em dois pontos. Primeiro, a identificação, no entorno da escola, dos adolescentes (até 17 anos) que não estão matriculados ou não frequentam o ensino fundamental ou médio, e dos jovens (18 a 29 anos) que nem estudam nem trabalham. Em segundo lugar, um convite direto aos "identificados" para a volta à escola, especialmente à EJA, com currículo adequado à idade e aos seus interesses e necessidades. Em tese, essas duas ações estão previstas no Plano Nacional de Educação e no art. 5º da LDB, por meio do recenseamento anual da

clientela escolar. Entretanto, uma iniciativa integrada a um curso de formação, por meio de projeto específico, pode ser mais eficaz para encaminhar a solução para um problema que parece insolúvel.

Dando cor aos espaços escolares - É comum que escolas privadas, a cada ano, nas férias escolares, realizem uma "geral" em seus prédios, incluindo a renovação da pintura de salas, corredores e outras dependências. Nas escolas públicas, os procedimentos burocráticos muitas vezes dificultam os cuidados mínimos com a manutenção de seus espaços. A beleza é educativa. Felizmente, temos visto a iniciativa de pinturas criativas de muros escolares por alunos que se revelam verdadeiros artistas, os "grafiteiros". Este projeto trata da simples "pintura de manutenção", que pode começar com uma discussão sobre a escolha de cores e imagens a serem pintadas, e pode ser executado por grupos de funcionários estudantes, com ou sem a ajuda de outros membros da comunidade escolar. Novamente, o Caderno 12 (Técnicas de construção) fornece técnicas preciosas, inclusive de ações mais sofisticadas, como o revestimento de paredes com azulejos. A qualidade e a complexidade das atividades deste projeto dependem dos recursos financeiros disponíveis. Mas não se deve esperá-los cair do céu ou do orçamento estadual ou municipal. O conselho escolar pode ter a iniciativa de abrir uma ação de levantamento de verbas, que serão não somente bem-vindas, mas provarão que a comunidade e a escola querem renovar sua vida e suas cores.

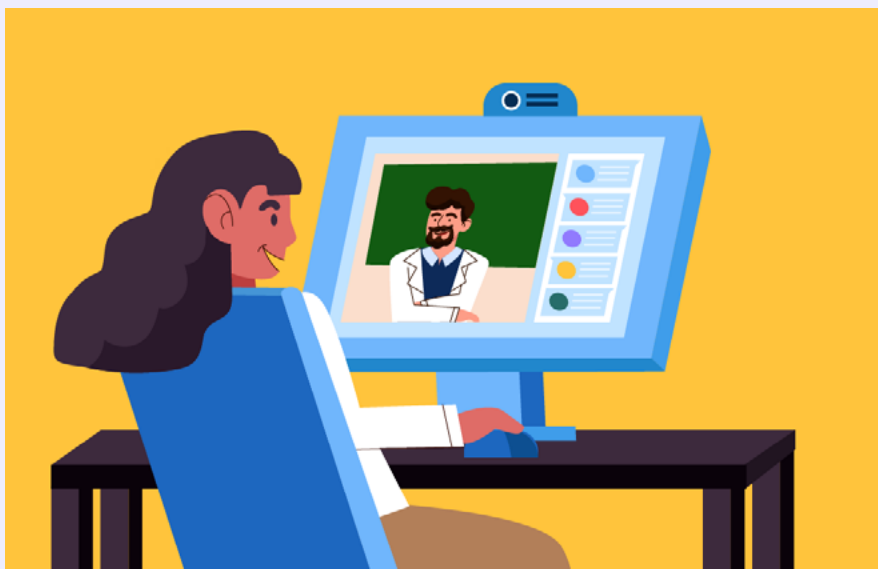
D Para os cursos de multimeios didáticos

Rede social da escola – Uma das competências fundamentais dos Técnicos de Multimeios Didáticos é a habilidade em comunicação. Há uma série de processos decisórios e executivos que dependem de meios "didáticos":

escolha das matérias, do conteúdo, posição das notícias, uso das ilustrações, imagens, vídeos etc. Um grupo de funcionários(as)/estudantes, que pode ter o apoio dos tutores e de professores de línguas (por que não matérias em espanhol e inglês?), pesquisa a aceitação da ideia, a periodicidade das publicações, os recursos a serem empregados e passa ao recrutamento dos redatores, designers e outros construtores da página. Decide se haverá publicidade e, se positivo, o valor a ser cobrado pelos espaços. Planejam e executam a elaboração das matérias e conteúdos. No caso de um grupo de quatro funcionários, 100 horas do projeto dentro da PPS significam no máximo quatro meses de edição da rede social. Há que se pensar no esquema de permanência e subsistência da página – talvez como órgão do grêmio estudantil ou mesmo do conselho escolar.

Rádio comunitária escolar - Outro projeto intimamente ligado ao curso de Multimeios é o de uma rádio no âmbito da escola, ou na rede de ensino – podendo até mesmo obter o registro legal para se tornar uma rádio comunitária. Sendo restrita a uma determinada escola, o projeto terá que reunir de dois a quatro funcionários que atuam na biblioteca, na informática e mesmo na secretaria escolar, e que estejam matriculados no Profuncionário. Obviamente, a iniciativa deve ser aprovada pelo conselho escolar, uma vez que as emissões, tanto se baseadas em som de alto-falantes quanto por meio da internet, terão forte interferência na rotina da escola. As atividades do projeto, depois de recrutados estudantes e profissionais para “tocar” a rádio, envolvem o planejamento e a execução das matérias e dos programas, além de reuniões de avaliação da audiência, da receptividade e do alcance dos objetivos combinados. Do projeto pode resultar uma ação continuada, ou seja, a institucionalização da rádio escolar ou sua transformação numa emissora de maior abrangência e perenidade.

Blog da escola ou do grêmio estudantil - Em tempos de informática e de internet, nada mais natural que se pense em criar um blog da escola – o que já ocorre em centenas delas, até em estabelecimentos de educação infantil. Portanto, não é difícil que um grupo de educadores de uma escola tome esta iniciativa. O que é raro é ela partir de funcionários e não de professores. Daí, o caráter de indução que se dá aos projetos na PPS do Profucionário. Além da criação do blog, é preciso planejar o que será postado pelos seus gestores (os estagiários) e que questões irão motivar a participação dos estudantes, das famílias ou mesmo da "comunidade virtual". Pode haver um enfoque mais "social" (de fofocas, mesmo); contudo, recomenda-se que o blog ofereça matérias de cultura geral, de artes e de questões pedagógicas e curriculares, sem falar na veiculação das atas e decisões do conselho escolar, do calendário e eventuais mudanças, de notícias sobre a vida escolar e da comunidade. No caso de se querer centralizar o blog no grêmio estudantil, a ação dos/as funcionários(as)/estudantes será diferenciada, pois vão operar na "sombra", mas, efetivamente, alimentando a vida desse espaço virtual de consulta e interação. Com a evolução dos meios virtuais, os blogs estão sendo substituídos por redes sociais e "podcasts"; no próprio Projeto Político-Pedagógico da escolas, podem-se prever os meios mais adequados a coordenar as produções de educadores e educandos, articulando-as com as atividades didáticas dos docentes e com a comunidade mais ampla.



Pessoa em frente ao computador em conversa de vídeo online. Fonte: Freepik

Produção de vídeos, inclusive educativos - Um dos campos mais amplos para projetos na PPS de multimeios é o de produção de vídeos. Aqui, a criatividade reina e a aquisição gradual das técnicas de filmagem e edição se desenvolve a partir das ideias e ideais dos/as funcionários(as)/estudantes. Pela primeira vez, afirmamos, neste texto, a possibilidade de um projeto individual, pois reconhecemos a natureza pessoal da inspiração artística; vídeo é cinema e cinema é arte. Isso não significa que não possa haver projetos grupais, principalmente para democratizar a escolha dos temas, conteúdos e técnicas. De qualquer forma, é imperioso transitarmos do USO para a PRODUÇÃO de vídeos didáticos, culturais e artísticos, e, por que não, ficcionais. Biografias de educadores vivos, história de escolas e de municípios, entrevistas com políticos, esportistas, cantores e artistas, descrições de experimentos científicos, documentários de excursões, viagens, jogos de futebol, disputas de atletismo, eventos eleitorais e propagandas de partidos são exemplos de temas a se transformarem em vídeos de inúmeros projetos de PPS. Esses vídeos enriquecerão nossas videotecas e poderão ser divulgados pelas redes sociais.

Festival estudantil de cinema - Este, ao contrário do anterior, é um projeto necessariamente grupal, de vários funcionários(as)/estudantes; se possível, associado a grêmios estudantis e, na falta desses, a conselhos escolares ou direções de escolas. Atualmente, as salas de cinema se reduziram a ambientes de lazer em shoppings, com raras exceções. Um festival de cinema se caracteriza pela escolha e mostra de filmes e de discussões sobre eles. Os filmes podem ser temáticos, lançamentos, obras nacionais ou de algum país estrangeiro com vasta produção, ou ainda, filmes de um diretor, ator ou atriz de sucesso. O importante neste projeto é definir sua abrangência, circunscrever a audiência (uma escola, um grupo de escolas, um bairro grande, uma cidade), reservar as salas de exibição, planejar e executar suas ações. Em geral, é possível um autofinanciamento, porque é permitido cobrar ingressos ou celebrar convênios com distribuidoras de filmes. No entanto, o projeto precisa ser precedido de discussão e deliberações do conselho das escolas envolvidas. O sucesso de um festival que nasce como projeto de PPS pode determinar a introdução de um evento cultural e turístico em uma cidade.

Festival de música - Aparentemente, um festival de música pode não parecer um projeto específico de multimeios didáticos. Entretanto, embora culturalmente pudesse ser adotado por funcionários (e professores) de quaisquer dos cursos do Profuncionário, tecnologicamente está cada vez mais próximo da área dos aparelhos e instrumentos de som elétricos e eletrônicos. Já se foi o tempo da viola e até mesmo do violão. Estamos na era da guitarra e dos sons de bandas que se convertem em CDs, em pen drives ou em gravações audiovisuais de smartphones que se conectam à internet on-line. Assim, um grupo de funcionários se dedicará ao projeto de um festival de música na escola ou na cidade, planejando-o, programando-o e executando-o, certamente com o apoio dos professores de Artes e Música e, se possível, com patrocínio público ou de empresas com sensibilidade cultural.

Montagem de laboratório - Entre as atividades dos técnicos em multimeios didáticos, temos a operação de laboratórios de várias ciências, principalmente em escolas de ensino médio. No entanto, considerando a ausência desses laboratórios na maioria das escolas, é oportuno pensar em projetos que resultem na montagem de um deles, incluindo a aquisição de equipamentos e de materiais didáticos e de consumo. Um laboratório de química, por exemplo, exigirá não apenas uma sala com ligações especiais de eletricidade, água e gás, com mobiliário e equipamentos destinados a múltiplos experimentos científicos, mas também um planejamento para a aquisição de reagentes e outros produtos que possibilitem as atividades laboratoriais. Pias especiais, espaço com isolamento acústico e luminosidade controlável e outros elementos que devem ser previstos e construídos no decorrer do projeto, para que professores e alunos de química possam usufruir de suas potencialidades. O mesmo se aplica a um laboratório de Física, Biologia, Geografia e História. Em todas as disciplinas, é imprescindível a orientação e participação dos professores. No caso das Ciências Sociais, deve-se ter especial cuidado para garantir um pluralismo pedagógico e ideológico, compatíveis com o estatuto democrático de nosso país.



Pessoas em uma biblioteca escolar. Fonte: Freepik

Atualização de acervo da biblioteca escolar - Embora seja possível e desejável a presença de profissionais bibliotecários (com diploma superior em biblioteconomia) nas escolas públicas, especialmente de nível médio, os técnicos em multimídia são capacitados para operar bibliotecas escolares e atuar como orientadores de leituras. Um dos maiores problemas que enfrentam é a pobreza do acervo de títulos em suas bibliotecas escolares. Portanto, um projeto de ampliação e atualização do acervo, com aquisição de livros de real utilidade na escola e no desenvolvimento cultural dos estudantes, é muito bem-vindo. Um grupo de funcionários estudantes pode montar seu projeto com as seguintes etapas, não necessariamente sucessivas: levantamento dos livros existentes em bom estado; pedido aos professores da escola de sugestões de livros novos; aquisição de recursos financeiros; campanha para doação de títulos especificados em listas pela internet; compra dos livros que continuarem sem exemplares na biblioteca; catalogação e remontagem das estantes; festa de inauguração com exposição de *banners* destacando os livros “eleitos” pelos estudantes.

Criação de estante municipal na biblioteca - A maioria das bibliotecas escolares é pobre, às vezes até desprovida de títulos que tratem da realidade municipal: História, Geografia, Economia, biografias, Antropologia, Literatura. Pior: se for decidida a aquisição de livros que versem sobre o município, muitas vezes descobre-se que eles não estão disponíveis. Aliás, nem mil dos 5.570 municípios brasileiros contam com livrarias. Assim como os cinemas, as livrarias estão se concentrando em shoppings centers. E quando existem livrarias na cidade, por falta de um diálogo entre educação e cultura, são raros os livros ou revistas focados na realidade municipal, que muitas vezes nem constam do currículo dos anos finais do ensino fundamental ou do ensino médio. Ora, para se cultivar a cidadania, é preciso conhecer a cidade, incluídas as obras de seus cidadãos e cidadãs. Daí a ideia de se fazer um projeto, conduzido por um grupo de funcionários(as)/estudantes do Profuncionário, para a criação de uma "estante municipal" na biblioteca. Nada impede a participação de duas ou mais escolas no projeto, desde que sua sustentabilidade seja garantida. As mesmas etapas do projeto anterior podem ser percorridas, com uma diferença. É bem possível um convênio da escola com a Secretaria de Educação e a Secretaria de Cultura, para ampliar os recursos financeiros para a aquisição dos títulos. Em cidades com mais de 500 mil habitantes (que reúnem quase um quarto da população brasileira), é surpreendente a produção de dissertações e teses sobre realidades municipais, assim como de livros de autores ou sobre temas do município. O problema é fazer a ponte entre os livros e o público. Daí a necessidade de uma estante bem visível ou até mesmo de uma sala especial nas bibliotecas, para que as pessoas se deem conta que estão em Belém, em Curitiba, em Cuiabá, em Aracaju, em Tefê, Socorro ou Picuí, e não somente no Brasil.



Saiba Mais

Você conhecia esse número? São cerca de 5.570 municípios brasileiros que contam com livrarias.

Baixe aqui o Perfil dos Municípios Brasileiros 2018.

Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101668.pdf>.



E Para os cursos de secretaria escolar

Resgate da história da escola - Os projetos específicos dos funcionários estudantes do curso Técnico em Secretaria Escolar alternam-se entre atividades internas à própria secretaria e outras externas, mas articuladas com a natureza desse espaço. Um exemplo de projeto sugerido é a pesquisa e o resgate da história da escola. Em tese, a historiografia referente às ocorrências ligadas à escola deveria estar registrada e arquivada em atas e outros documentos, como diários de classe, matrizes curriculares, boletins e cadernetas com notas ou conceitos do desempenho de alunos, fotos, gravações em áudio e vídeo. Ou seja, um mundo de documentação primária disponível para o historiador, profissional ou amador.

Entretanto, possíveis acidentes, mudanças de armários e salas (até de prédios), rupturas políticas nas sucessões de diretores e secretários e outras ocorrências, como inundações e incêndios, podem ter comprometido partes importantes do passado. Por isso, um projeto dessa natureza deve não somente fazer o levantamento, seleção e extração de dados documentais nas secretarias escolares, como também recorrer à pesquisa em jornais locais, em diários oficiais e em entrevistas orais com antigos gestores, professores, funcionários e estudantes, que farão suas interpretações pessoais dos acontecimentos e confirmarão a importância maior de uns em relação a outros na evolução pedagógica do estabelecimento.

Secretaria aberta - Este é um projeto singular. A palavra "secretaria" tem a ver com segredo, com aquilo que é ou deveria ser secreto. Hoje, há um conflito entre o princípio da transparência e o direito ao sigilo. Por várias razões, o fato de se proibir a entrada de "pessoas estranhas" (como se numa escola pudesse haver isso), a existência de guichês e o cuidado de se trancarem portas e armários da secretaria reforçam a ideia de que a secretaria é um lugar inacessível, resguardado. Pois bem: nem tanto ao mar, nem tanto à terra. A preciosidade dos documentos exige cuidado. A secretaria escolar não é lugar para crianças

pequenas, cachorros e gatos, por mais fofinhos que sejam esses entes queridos. No entanto, é muito interessante um projeto que, numa semana especial, permita aos profissionais da educação, estudantes e até mesmo pais e mães circularem no espaço da secretaria, devidamente preparado para mostrar aspectos relevantes da vida escolar, como informações sobre currículos, calendários, horários, legislação e normas, até mesmo antiguidades e curiosidades que reforçarão o conhecimento e a afetividade de todos em relação ao patrimônio cultural comum, que merece respeito e admiração. Nessa semana de secretaria aberta, culminância da pesquisa que ocupará pelo menos 80% das horas do projeto na PPS, os nossos funcionários da secretaria, normalmente tão sérios e concentrados, terão a oportunidade de mostrar seu sorriso de educadores e seus saberes de técnicos.

Integração Escola - Câmara Municipal - A educação para a cidadania requer conhecimento e presença dos estudantes e profissionais da educação nas sessões do Legislativo. Para quem mora na capital do estado, lá está a Assembleia Legislativa. E feliz de quem vive no Distrito Federal, perto da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Mas a maioria dos estudantes e dos/as funcionários/as vivem em municípios, maiores e menores, mas que sempre têm sua câmara de vereadores, instituição que vem do tempo do Brasil-Colônia. Os(As) funcionários/as da secretaria escolar são os mais preparados para um projeto que faça uma ponte entre a escola e a câmara municipal. Para quê? Tanto para trocar conhecimentos como, principalmente, para inspirar projetos legislativos e fazer com que sejam aprovados. Visitas às sessões e aos gabinetes dos vereadores poderão ser decisivas para inserir no orçamento da prefeitura verbas para a educação e a melhoria da escola, principalmente se for da rede municipal. Um projeto assim, inclusive, contribuirá para acabar com o tabu de que "não se deve fazer política na escola". Claro que se deve. Boa política, no interesse da cidade e da educação, contra a alienação e a corrupção!

Integração Escola - Conselho Municipal de Educação (CME) - Este projeto é mais restrito à relação dos profissionais da educação com outro órgão muito importante na vida dos municípios: o Conselho Municipal de Educação. Formado por educadores e representantes da comunidade interessados na educação, o CME é quem credencia escolas da rede municipal e estabelecimentos privados da educação infantil. Além disso, autoriza cursos como os da EJA e assessora a elaboração e execução do Plano Municipal de Educação, que tem duração de 10 anos. Os interesses da escola devem estar presentes no Conselho, tanto por representação de seus membros quanto por ações concretas, umas mais burocráticas (como mudanças na matriz curricular), outras mais político-pedagógicas (como a organização do ensino de língua estrangeira, a cargo de cada escola, mas que precisa de autorização do CME no ensino fundamental. Os(As) funcionários/as da secretaria, quando cursistas do Profuncionário, são os mais aptos a executar um projeto que aproxime as demandas da sua escola às discussões e deliberações do CME. Esses funcionários/as poderão fazer um resgate dos processos pendentes e encaminhar novas questões aos conselheiros, mas agora por meio de visitas agendadas e da participação em sessões do plenário e das câmaras do CME. A culminância poderá ser numa assembleia geral escolar, na qual se preste contas do atendimento ou não às solicitações da escola, com a presença, se possível, do/a presidente do CME.

Seminário dos profissionais das secretarias escolares - Este projeto cumpre o papel de reunir, conscientizar e organizar um setor específico da Categoria III dos profissionais da educação: os que têm função administrativa nas secretarias escolares. Na prática, trata-se dos educadores que trabalham no espaço das secretarias escolares. Na concepção do Profuncionário, "secretário escolar" não é um cargo, mas uma função, a de chefe dos que fazem a gestão administrativa das escolas, em diversas subfunções: administração curricular (a principal), financeira e contábil, de pessoal (ou "de pessoas", como é dito atualmente) e de materiais; esta última englobando o espaço físico, seus equipamentos e materiais de consumo. Há todo um trabalho

de conscientização a ser feito, que passa pelo domínio da história e pela distinção entre a profissão de secretário em geral (a que se refere a Lei nº 7.377, de 1985 – que nada ou pouco tem a ver com educação) e de secretário escolar. Passa também pelo estudo das diferentes formatações do espaço das secretarias escolares, que se têm diferenciado e complexificado nos sistemas de ensino. O projeto, portanto, inclui um primeiro momento de pesquisa, a ser realizada pelo grupo de estudantes funcionários, orientado por tutores que dominem essa área de conhecimento, seguido pela organização do seminário propriamente dito. Devem participar do seminário os trabalhadores em secretarias escolares do município e da região. Além da troca de experiências, podem ser convidados palestrantes, entre membros do Conselho Estadual ou Municipal de Educação, sindicalistas e pesquisadores de Faculdades de Educação, universidades ou institutos federais.

Publicação de agenda escolar - Este é um projeto de grande utilidade, que poderá ser incorporado ao calendário da vida escolar e estudantil. Entre os meses de setembro e outubro, um grupo de funcionários se reúne para projetar e executar a elaboração, impressão e distribuição de uma agenda escolar para o ano seguinte, destinada aos profissionais da educação e, principalmente, aos estudantes. O projeto é viável em escolas com pelo menos 500 alunos, considerando os custos de impressão impraticáveis em edições menores. Além das tradicionais informações dos dias do ano, como os dias da semana, feriados, dias letivos e comemorações cívicas, podem-se inserir fotos de turmas e grupos de alunos, da cidade e de suas manifestações culturais, além de outras matérias de interesse para leitura e consulta durante o ano. O financiamento da agenda pode combinar recursos de venda com outros oriundos de verbas de custeio e de “promoções” da escola, do grêmio estudantil ou de colaborações dos sindicatos dos trabalhadores da educação, entre outros. O importante é a participação dos/as funcionários(as)/estudantes envolvidos na PPS com ideias de matérias que alimentem a agenda e com seu trabalho de elaboração, distribuição e contabilidade da agenda escolar, cuja prestação de contas deverá ser pública, para evidenciar sua natureza não comercial.

Atualização do regimento escolar - Este é um projeto muito necessário na maioria das escolas. A legislação educacional e as normas do CNE, dos conselhos estaduais e municipais têm mudado constantemente. Essas mudanças, nem sempre conhecidas pelos gestores escolares, exigem atualizações nos regimentos escolares. Outra observação: embora tenhamos saído da ditadura há quase 40 anos, procedimentos autoritários e hierárquicos, além de outros burocráticos que vêm do tempo do Império, ainda estão presentes em muitos regimentos. Os dispositivos democráticos e de valorização da autonomia ainda não se incorporaram nas bases da gestão escolar. A própria LDB se atualizou nos últimos 15 anos em mais de 50 de seus artigos, visto que precisou se adaptar a novos preceitos constitucionais. Como está registrado no Caderno A (Orientações Gerais), a profissionalização dos funcionários como educadores e seu itinerário formativo datam de 2009 e 2013 e não estão presentes na maioria dos regimentos das escolas públicas. Para uma atualização do regimento, nada mais indicado do que um projeto do próprio conselho escolar, articulado com um projeto da PPS dos estudantes do curso Técnico em Secretaria Escolar, aos quais cabe a tarefa específica de dar-lhe a redação final. É importante ressaltar que PPP e regimentos escolares não são aprovados pelos conselhos de educação ou secretarias: não são submetidos a eles, mas, sim, comunicados, para conhecimento e eventuais apreciações de possíveis irregularidades legais ou normativas, que devem ser imediatamente sanadas. Portanto, um novo regimento escolar, criativo e original, deve ser o mais perfeito e bem redigido possível, para ser a verdadeira constituição da escola.

Concurso de redação oficial - Uma das competências comuns a todos que trabalham nas secretarias escolares é a redação correta na norma culta da Língua Portuguesa, observando as recomendações “oficiais” da escrita dos documentos que lhes compete produzir. São atas, ofícios, memorandos, instruções, prestações de conta, editais, consultas – muitos dos quais estão presentes no Caderno 8 (Produção textual no contexto escolar) do Núcleo de Disciplinas Pedagógicas do Profucionário. São tarefas muitas vezes consideradas rotineiras e burocráticas, que correm o risco de perder o encantamento literário e o poder de persuasão. Todas essas qualidades todas estarão em jogo em um projeto de concurso de redação oficial. O grupo de funcionários(as)/estudantes deve ser maior do que dos outros projetos (de seis a dez), para incluir pelo menos cinco escolas. Mas pode ter a abrangência de todo o município, reunindo escolas estaduais e municipais, até mesmo particulares. A maioria das horas do projeto deverá ser usada em reuniões, inclusive com tutores e gestores, para formatar o concurso e elaborar as provas. Sugerimos que haja duas redações: uma de escolha livre dos participantes, a partir de uma lista de tarefas e temas, que pode ser escrita em casa, em um prazo de 24 horas; outra com duas redações específicas de documentos oficiais sorteados no momento, a serem escritas numa sala comum, sob fiscalização, em um tempo determinado de, no máximo, duas horas. A comissão julgadora deve ter composição mista, com prevalência de jurados externos.



Estudante produzindo redação. Fonte: Freepik

A close-up photograph of a person's hand holding a black pen, writing on a white form. The form has various fields and labels, including 'Model Information', 'Name (Print)', 'Address', 'City', 'State', 'Zip/Postal Code', and 'Email'. The background is blurred, showing other people in a classroom or office setting. The entire image has a blue tint.

7

Supervisão e avaliação da PPS



Supervisão e avaliação da PPS

O que significa a sigla PPS? **Prática Profissional Supervisionada**. Não se trata da prática pela prática. É uma prática voltada para o desenvolvimento de competências profissionais e sujeita a um diálogo entre o/a funcionário(a)/estudante e os educadores. No nosso caso, representadas principalmente pelos tutores, professores conteudistas e coordenadores. A primeira parte desse diálogo é o planejamento da PPS, como vimos na unidade anterior.

Agora, vamos refletir sobre a **supervisão** da PPS, que inclui, sem dúvida, uma **avaliação**. Essa avaliação deve ser devidamente pensada, para não se constituir nem em uma ação repressiva nem em uma atividade inexpressiva.

A supervisão, como mencionamos anteriormente, é um ato principalmente dos tutores, aos quais cabe, em última análise, a função de aprovação e de correção de rumos. Mas ela não se limita ao trabalho do tutor.

Aos coordenadores do Profuncionário, seja nos IFs, seja nas instituições de ensino médio estaduais, cabe uma série de providências antes, durante e após a realização da PPS.



Estudante refletindo sobre suas práticas. Fonte: Freepik

Antes, planejando a composição das turmas, de forma a reunir em cada uma delas grupos de funcionários/as de determinadas escolas. Isto possibilita projetos comuns, tanto os sugeridos no capítulo anterior quanto aqueles que a realidade de cada escola, de cada rede, inspirar; distribuindo as funções supervisoras entre **tutores presenciais e a distância**; turmas que reflitam a diversidade de situações dos/as funcionários/as, como as variadas idades, as experiências de vida e de trabalho, os históricos escolares. Por exemplo: será diferente a PPS de uma merendeira com dois anos de experiência em relação a outra com vinte anos de profissão; a de um funcionário de infraestrutura que já foi eletricitista e encanador e a de uma jovem servidora da limpeza de uma escola. Uma funcionária de secretaria escolar que trabalhou anos em um outro estado ou município, onde a estrutura e funcionamento do ensino fundamental eram diversos, quase que necessitando de um "treinamento" em novas regras curriculares e funcionais, certamente terá uma PPS diferente de uma servidora há vinte anos na mesma rede, que acompanhou a evolução da legislação e das normas que presidem a vida de sua escola.

Durante a execução da PPS, acompanhando não somente a produção dos memoriais e o preenchimento das fichas comprobatórias das atividades e respectivas cargas horárias, mas também reunindo tutores para avaliação. Com uma carga horária de 1.500 horas, os cursos têm duração de pelo menos três semestres completos, tempo que exige avaliação da execução da PPS, da atuação dos tutores e das transformações que se podem observar no comportamento dos/as funcionários(as)/estudantes e na vida das escolas onde eles e elas atuam.



Trabalho de estudante em avaliação. Fonte: Freepik

Após a realização das PPS, é o momento para os coordenadores de curso, de polo e da instituição realizarem um balanço, avaliando os pontos positivos e negativos, para tomar decisões colegiadas no sentido de aperfeiçoá-las nas ofertas seguintes. Isso inclui um diálogo com outras instituições educativas, com a Coordenação Estadual do Profuncionário e com gestores de cursos da 21ª Área, que são ministrados de forma presencial para adolescentes, jovens e adultos – pois todos têm experiências aproveitáveis ou que devem ser repaginadas na oferta da PPS, como está acontecendo em relação à carga horária de prática de ensino para a formação de professores.

Indiretamente, já tocamos no coração do tema desta unidade, que é a ação supervisora dos **tutores**. Vamos aprofundar essa reflexão.

Dois exemplos de estrutura e desenvolvimento de PPS podem nos ajudar.

O **primeiro**, no curso de Técnico em Alimentação Escolar:

Um grupo composto por quatro merendeiras planeja sua PPS com a tutora presencial. Resolvem que vão dedicar 60 horas a um projeto de horta escolar, 50 horas a atividades de PPS ligadas ao Núcleo de Formação Pedagógica e 70 horas a ações relativas ao Núcleo de Formação Técnica. O curso tem duração de 18 meses. O projeto funcionará por 15 meses, pela implantação e manutenção da horta escolar de março do primeiro ano a junho do segundo ano, sob responsabilidade do projeto. Das 50 horas destinadas à formação pedagógica, metade será desenvolvida na própria escola e metade em atividades externas, com visitas, entrevistas e trabalhos na comunidade adjacente à escola. Já das 70 horas em formação técnica, 20 serão dedicadas em atividades externas, como visitas a feiras, indústrias alimentícias, lanchonetes, restaurantes e outras escolas da cidade, enquanto as 50 horas restantes serão voltadas ao desenvolvimento de novos cardápios, incluindo opções alternativas, com aproveitamento da produção da horta escolar. "Inicialmente, os tutores reúnem-se para planejar a distribuição dos trabalhos de supervisão entre eles, com o acompanhamento físico das atividades externas e internas, bem como o controle da leitura de memoriais etc. No decorrer dos 18 meses, os tutores se reúnem para avaliação e replanejamento de sua ação supervisora".

O **segundo**, no curso de Técnico em Multimeios Didáticos:

Um grupo de três funcionários de uma escola de ensino médio, que atua na biblioteca e com audiovisual, planeja sua PPS com o tutor presencial. O grupo decide dedicar 50 horas cada um em um projeto de produção de um vídeo da escola, em colaboração com as professoras de História e Geografia e com a diretoria do grêmio estudantil, que resultará em, pelo menos, dois filmes documentários de 40 minutos cada. As 130 horas restantes serão distribuídas entre 50 horas de atividades relacionadas ao Núcleo de Formação Pedagógica e 80 horas com as disciplinas do Núcleo de Formação Técnica – sendo um quarto em ações externas e três quartos em ações internas, ligadas às funções específicas de cada um. O projeto, com duração de três meses, foi tão bem-sucedido que inspirou o conselho escolar a integrar as ações da biblioteca com as do laboratório de informática e audiovisuais, além de pleitear, junto a um deputado estadual, uma emenda parlamentar para a construção de um prédio de dois andares com auditório para palestras, cinema e teatro no térreo e uma biblioteca no piso superior, por meio de um projeto com os alunos do curso Técnico de Infraestrutura Escolar a ser desenvolvido no início do ano seguinte. Esse exemplo mostra que um projeto, quando de relevância para a escola e para a cidade, pode orientar ações supervisoras menos formais e mais espontâneas, que têm idêntico poder avaliativo, ou seja, dispensando uma presença mais assídua dos tutores da PPS, uma vez que desencadeia as outras atividades que, por si só, passam a ter a visibilidade suficiente para provar que a PPS está sendo transformadora. Bastará somente discernimento dos tutores para corrigir algum “desequilíbrio de participação” de cada um dos estudantes.

Como deve ter ficado claro no Caderno A (Orientações Gerais), para efeito de **avaliação da PPS**, utiliza-se o mesmo instrumento de acompanhamento do desempenho dos estudantes funcionários nas disciplinas: o **Memorial**, que é construído gradativamente após cada fase de atividades planejadas da PPS.

Além do Memorial, na conclusão do curso, é necessário elaborar um **relatório das atividades de PPS, redigido pelo/a funcionário(a)/estudante e comprovado pela assinatura dos tutores que supervisionaram e avaliaram a PPS**.

Dependendo da atividade e do plano da PPS, a comprovação poderá ser feita também pela assinatura de um gestor da escola onde trabalha o/a funcionário/a ou de alguma instituição externa, palco de visitas ou outras atividades do estudante. Observa-se que, nas PPS, as aquisições de competências se dão por fatos materiais e visíveis, mais do que pela construção de conhecimentos, sendo os memoriais um elemento a mais para o julgamento dos tutores, supervisores e avaliadores. Daí a utilidade de se anexar fotos ou outras "provas materiais" das atividades, como, por exemplo, uma ata de reunião do Conselho Escolar, do Conselho de Alimentação Escolar ou do Conselho do Fundeb, em que está registrada a presença do interessado. O relatório final será ou não arquivado na secretaria do curso, a critério do plano de curso de cada instituição.

Para efeito de registro da carga horária cumprida e da aprovação final na PPS, a secretaria do IF ou da instituição estadual deve exigir uma ficha comprobatória, atestada pelo tutor responsável pela avaliação, que será arquivada na instituição até o reconhecimento do curso e registro do diploma de técnico. Não sugerimos aqui o formato dessa ficha, recomendando somente que seja o mais simples possível, sem referência a detalhes desnecessários, já expostos nos memoriais e no relatório final. Como dito anteriormente, a ficha é arquivada na secretaria. Já os memoriais são produção dos estudantes e devem ser devolvidos ao final do curso. Nada impede, entretanto, que produções relevantes constituam textos a serem organizados e incorporados ao acervo das bibliotecas escolares. Historiadores do futuro agradecem.



Pratique

Reúna-se com um grupo de funcionários(as)/estudantes e procure ler relatórios de colegas que já concluíram seus cursos no Profuncionário, na sua ou em outra instituição federal ou estadual. Discuta a utilidade da PPS e sua integração no cotidiano do trabalho educativo dos profissionais e de suas escolas. Registre em seu Memorial.



Palavras finais

Você, funcionário(a)/estudante, bem como seu tutor, teve a oportunidade de ler este Caderno, o qual esperamos que possa auxiliá-lo a planejar e executar a **Prática Profissional Supervisionada** no decorrer do seu curso.

Você notará que, tanto dos Práticos quanto das atividades cotidianas, fluirão atividades que comporão a carga horária da PPS, divididas em duas fases: a das disciplinas do Núcleo Pedagógico e as do Núcleo Técnico. Na primeira, você poderá se organizar com colegas dos outros cursos do Profuncionário. Já na segunda, durante o desenvolvimento das disciplinas específicas, você estará ou sozinho(a) ou ao lado de colegas de seu curso, que exercem a mesma função em sua escola ou órgão de ensino.

Você já aprendeu muito com a prática da vida e continuará a aprender sempre. Aqui, de forma organizada e integrada a teorias que vão orientar não apenas suas práticas transformadas, mas também provocar novas perguntas e constituir um bloco de conhecimentos necessários para levá-lo aos estudos superiores, aos quais você terá direito. Novas indagações, novos aprendizados e novos planos é o que desejamos para você e para toda a comunidade educativa onde você se realiza como pessoa e cidadão. Boa sorte com a próxima disciplina, com o novo Caderno e com o diálogo permanente com os colegas, tutores e professores.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil : texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 22 jun. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2023**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_basica_2023.pdf. Acesso em: 30 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 10 de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 2008.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 2009.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 2014.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Educação Profissional e Tecnológica. **Caderno A - Orientações Gerais**. Brasília: IFB, 2024.

MONLEVADE, João A. C. **Funcionários das escolas públicas: educadores profissionais ou servidores descartáveis?** 3. ed. Brasília: Idéa Editora, 2001.

MONLEVADE, João A. C. **Profissionalização ou terceirização?** O futuro dos funcionários da educação à luz dos desafios e conquistas do presente. Brasília: Edição do autor, 2014.

Currículo do autor



João Antônio Cabral de Monlevade é sociólogo (Spring Hill College, EUA), licenciado em Filosofia (Fac. Filosofia N. Sra. Medianeira/SP), Mestre em Administração Escolar e Doutor em Educação, ambos pela Unicamp. Foi professor dos níveis fundamental e médio, professor da Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT, diretor do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público do Mato Grosso (1985-1989), diretor da Confederação dos Trabalhadores em Educação - CNTE (1987-1991), membro do Conselho Nacional de Educação (1996-2000) e foi Consultor Legislativo do Senado Federal.

Outras publicações:

Funcionários de escolas públicas: educadores profissionais ou servidores descartáveis? Ceilândia: Idéa, 1995.

Educação pública no Brasil: contos e descontos. Ceilândia: Idéa, 1998.

Treze lições de como fazer-se educador no Brasil. Ceilândia: Idéa, 2002.

Plano Municipal de Educação: fazer para acontecer. Brasília: Idéa, 2002.

Para entender o Fundeb. Ceilândia: Idéa, 2007.

Plano Municipal de Educação: O que é e como fazer. Prefeitura Municipal de Itupiranga, PA, 2013.



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

